

IJ00193

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DA  
REGIÃO NOROESTE DO ESPÍRITO SANTO-1981

PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO  
MINTER-SERSE



INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

IJ00193  
4430/1981



FJ00493  
M.4098152  
CI 59 JP  
4430121

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DA  
REGIÃO NOROESTE DO ESPÍRITO SANTO-1981

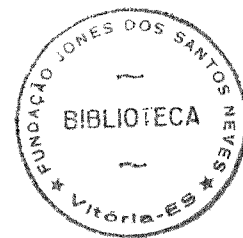
PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO  
MINTER-SERSE



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO  
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DA  
REGIÃO NOROESTE DO ESPÍRITO SANTO-1981

PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO  
MINTER-SERSE



FEVEREIRO/81

GOVERNO DO ESTADO

*Eurico Vieira de Rezende*

SECRETÁRIO-CHEFE DA COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO

*Octávio Luiz Guimarães*

SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

*Stélio Dias*

SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

*Gélio Martins Farias*

COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO

*Paulo de Miranda Pereira*

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

*Orlando Caliman*

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 01: *Espírito Santo - Composição setorial da renda e taxas de crescimento da economia capixaba (1960/1975).*

QUADRO 02: *Espírito Santo - Algumas características da agricultura capixaba por estrato de área - 1970/1975.*

QUADRO 03: *Norte do Espírito Santo - Alguns indicadores econômicos por região programa.*

QUADRO 04: *Norte do Espírito Santo - Alguns indicadores sociais por região programa.*

QUADRO 05: *Regiões de Nova Venécia e Colatina - Algumas características da estrutura fundiária e produtiva segundo os municípios - 1975.*

## LISTA DE MAPAS

MAPA 01: *Regionalização do Estado do Espírito Santo.*

MAPA 02: *Macro-área de Intervenção do PRDI no Norte do Estado do Espírito Santo.*

MAPA 03: *Municípios prioritários no Norte do Estado do Espírito Santo.*

MAPA 04: *Regionalização do Programa de Apoio a Suinocultura.*

MAPA 05: *Municípios selecionados para o PDRI/81.*

ÍNDICE	PÁGINA
1. ANÁLISE RESUMIDA DA AGRICULTURA DO ESPÍRITO SANTO .....	7
2. CONCEPÇÃO DO PDRI .....	13
2.1. A COMPATIBILIZAÇÃO COM AS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS .....	14
2.2. OS OBJETIVOS DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRA <u>DO</u> - PDRI .....	18
2.3. OS SUBPROGRAMAS .....	19
3. DEFINIÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PDRI .....	21
3.1. ESCOLHA DA MACRO-ÁREA .....	22
3.2. SELEÇÃO DOS MUNICÍPIOS PRIORITÁRIOS .....	30
3.3. APOIO AOS PROGRAMAS DE FOMENTO ECONÔMICO EXISTENTES NA RE <u>GIÃO</u> PROGRAMA .....	34
3.4. ESCOLHA DOS PROJETOS .....	46
4. FICHAS DE PROJETO .....	52
5. CRONOGRAMA TRIMESTRAL DE DESEMBOLSO POR FONTE: CR\$ .....	84



1. ANÁLISE RESUMIDA DA AGRICULTURA DO ESPÍRITO SANTO

---

A ocupação do território capixaba somente se efetivou de forma mais expressiva, a partir da segunda metade do século passado, com a introdução e expansão da cultura cafeeira em seus limites geográficos. Os ciclos econômicos anteriores ao do café, que marcaram a ocupação territorial brasileira, durante todo o período colonial, tiveram reduzida representatividade em terras capixabas, permanecendo sua colonização - iniciada em 1531 - limitada à faixa litorânea, com pequenos núcleos urbanos esparsos junto à costa.

O café reinou de maneira absoluta na economia estadual durante um período de, aproximadamente, 100 anos. Da produção lavoureira ao beneficiamento, transporte, armazenagem e exportação, essa cultura ditava, com suas oscilações, o ritmo de crescimento da economia regional. À sua sombra desenvolviam-se outras atividades primário-exportadoras, tais como a exploração madeireira e do cacau, além da agricultura de subsistência destinada a alimentar a população predominantemente rural daquela época.

Esse modelo primário-exportador, centrado no café, começou a apresentar sinais definitivos de esgotamento na década de cinquenta, com o declínio dos preços internacionais do produto e com a exaustão da fertilidade natural dos solos, praticamente findadas as possibilidades de expansão da fronteira agrícola, dentro do território estadual.

A partir de 1960, porém, a cafeicultura sofre o golpe definitivo na sua decadência, quando se colocam em prática os planos de erradicação dos cafezais. A erradicação financiada por esse programa, realizada em duas fases (1962 e 1966), provocou transformações radicais na estrutura agrárias do Estado.

A decadência do setor agrícola é acompanhada por um processo brusco de concentração fundiária. O quadro 2 retrata as principais variações na agricultura, destacando o estrato de área que compreende as pequenas propriedades ( $\leq 100$  ha). De 1970 para 1975, o Estado perdeu mais de 10.000 estabelecimentos rurais, sendo que esta totalidade se concentra naqueles

que possuem uma área igual ou inferior a 100 hectares.

Os planos tiveram consequências diferentes para os grandes produtores de café e os pequenos. A bonificação paga por cafeeiro erradicado não possibilitou aos pequenos e médios cafeicultores, a mesma flexibilidade de mudanças de atividade que permitiu aos grandes proprietários (estes voltaram-se, principalmente, à pecuária, tendo em vista os incentivos estatais à formação de pastagens que acompanharam a erradicação dos cafezais). Para os pequenos proprietários, a precariedade de suas condições financeiras, decorrente do seu baixo nível de renda e alto grau de endividamento, acabou obrigando-os a vender ou abandonar suas terras e a integrar-se num mercado de trabalho já, estruturalmente, saturado. E, como a diversificação do setor se deu preferencialmente mediante a constituição de pastagens e/ou formação de complexos agroindustriais, que não geravam muitos empregos permanentes, a erradicação do café acabou promovendo uma redução nas oportunidades de emprego, transformando os pequenos e médios produtores egressos da cafeicultura, em trabalhadores desempregados ou subempregados.

Naõ obstante, esse processo de concentração fundiária, ocorrido no período em análise, é expressiva a participação das pequenas propriedades na agricultura capixaba. Ocupando cerca de 42% da área total dos estabelecimentos agrícolas, esse estrato era responsável, em 1975, por:

- . 54% da produção total da agricultura;
- . 65% da produção de lavouras;
- . 75% do pessoal ocupado.

Além disso, a maior parte da produção das principais culturas produzidas no Estado, provêm das pequenas propriedades, responsáveis, em 1975, por:

- . 65,7% da produção de café;
- . 74,2% da produção de milho;
- . 75,6% da produção de feijão;
- . 80,1% da produção de banana;
- . 67,7% da produção de arroz;
- . 26,2% da produção de cacau;
- . 79,5% da produção de mandioca.

No subsetor animal, esses estabelecimentos abrigam 35,5% do rebanho bovino; 80,3% dos suínos, ovinos e caprinos e detêm 34,6% do valor da produção florestal e extrativa.

Pela rápida análise anterior, se deduz que são as pequenas propriedades que contribuem majoritariamente na produção agrícola, e onde se concentra a grande maioria da Força de Trabalho deste setor.

Assim, é para este estrato de área que devem ser canalizados instrumentos especiais de apoio, evitando-se os efeitos concentracionistas que se registram a partir do final da década passada.

Em consequência destas mudanças na agricultura, configura-se um intenso processo de migração do interior do Estado para as áreas urbanas, principalmente para a região da Grande Vitória, influenciando na rápida urbanização, característica da década de 1970, devendo-se salientar que nesta aglomeração as atividades industriais não apresentavam um potencial absorvedor do contingente de trabalho expulso do campo.

O resultado deste processo de transformação da economia estadual pode ser visualizado através do quadro I, que registra as alterações havidas na composição setorial da renda.

## QUADRO 1

ESPÍRITO SANTO - COMPOSIÇÃO SETORIAL DA RENDA E TAXAS DE CRESCIMENTO DA ECONOMIA CAPIXABA (1960/75).

SETORES	TAXAS DE CRESCIMENTO AO ANO		COMPOSIÇÃO SETORIAL DA RENDA (% DE VALORES A PREÇOS CORRENTES)		
	60/70	70/75	1960	1970	1975
Agricultura	4,3	1,9	41,8	22,8	10,7
Indústria	12,3	23,5	5,3	17,4	26,2
Serviços	9,0	15,0	52,9	59,8	63,1
TOTAL	7,0	13,7	100,0	100,0	100,0

Fonte: SEPL (ES) Deptº Informações Técnicas, citado em Sinótese Sócio Econômica do Espírito Santo (1978)

QUADRO 2

ESPÍRITO SANTO - ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DA AGRICULTURA CAPIXABA POR ESTRATO DE ÁREA  
1970-1975

DISCRIMINAÇÃO	1970			1975		
	COMPOSIÇÃO % POR ESTRATO DE ÁREA			COMPOSIÇÃO % POR ESTRATO DE ÁREA		
	DADOS ABSOLUTOS	PROPRIEDADE ≤ 100ha	PROPRIEDADE > 100ha	DADOS ABSOLUTOS	PROPRIEDADE ≤ 100ha	PROPRIEDADE > 100ha
1. Número de estabelecimentos (unidade)	70.712	89,5	10,5	60.585	87,0	13,0
2. Área total dos estabelecimentos (mil ha)	3.759	49,7	50,3	3.839	42,0	58,0
3. Pessoal ocupado (mil pessoas)	299	80,1	19,9	312	75,4	24,6
4. Valor bruto da produção (Cr\$ 10 <sup>6</sup> )	456,1	65,5	34,5	2.076,0	53,7	46,3
4.1. Lavouras	287,0	72,4	27,6	1.028,1	65,1	34,9
4.2. Produção Animal	147,0	55,1	44,9	965,6	42,7	57,3
4.3. Estrativa Vegetal	22,1	36,5	63,5	82,2	40,6	59,4
5. Crédito Rural	54,5	42,4	57,6	543,9	36,4	65,6

Fonte: FIBGE . Censos Agropecuários 1970 e 1975

2.

CONCEPÇÃO DO PDRI

---

## 2.1. A COMPATIBILIZAÇÃO COM AS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS

---

Diante da conjuntura exposta anteriormente, nos seus traços mais significativos para o PDRI, procura-se descrever condensadamente a postura do Governo Estadual frente a problemática dela advinda:

### A. DIRETRIZES PARA A AÇÃO INTEGRADA DO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - 1979/1983

Constitui-se no documento básico do Governo 79/83, na medida em que contém os objetivos e diretrizes a nível macro que norteiam a ação dos diferentes órgãos setoriais:

- 1) Consolidar o Estado do Espírito Santo como polo alternativo da região Sudeste;
- 2) Atenuar os desequilíbrios regionais;
- 3) Criar condições para fixar o homem capixaba no Espírito Santo.

Paralelamente as ações que visam a consolidação dos grandes projetos e, o aproveitamento de suas oportunidades induzidas, estabelece uma política de interiorização do desenvolvimento. Entre as diretrizes voltadas para esta política se destacam:

- a) atuar no campo da Agropecuária criando condições para a ampliação da renda das populações rurais, esforçando-se para evitar as migrações internas.

Para isto viabilizar o aproveitamento dos vales úmidos; incentivar a produção agrícola nas unidades produtivas de até 100ha; desenvolver a forma associativa de produção para resguardar os interesses dos pequenos proprietários, no sentido de possibilitar-lhes um incremento



na renda;

- b) atuar no campo dos setores sociais e da infra-estrutura básica, com a finalidade de promover atitudes e ações que possam atender ao objetivo fundamental de promoção social integral da população. Compreenderá grande esforço de investimentos nas áreas de transporte, saúde/saneamento, educação, habitação popular e obras e serviços públicos.

## B - POLÍTICA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL

O desdobramento desta política a nível espacial é definido na Política de Desenvolvimento Urbano e Regional que trata do traçado de diretrizes de organização do espaço, segundo uma estratégia de *Ação Regional* calçada em cinco regiões programadas, conforme mapa 01. Pinça-se os que de maneira contundente influenciam na formulação do PDRI:

### I. ATENUAR OS DESEQUILÍBRIOS REGIONAIS.

Os desequilíbrios regionais deverão ser atenuados através de intervenções em áreas que tem demonstrado pouco dinamismo no plano econômico e apresentam-se carentes dos serviços essenciais à manutenção de um aceitável nível de vida. No plano econômico reitera-se a necessidade de uma revitalização/criação de atividades com efetivo potencial de resposta no que tange à geração de renda e conseqüentemente de emprego, proporcionando as condições adequadas ao processo de acumulação local. Insere-se aqui a *política de interiorização* que preconiza não só uma desconcentração relativa do aparato político-administrativo e de serviços públicos, mas também, de uma interiorização de determinadas atividades industriais.

Em termos operacionais a política desdobra-se-ã em programa/projetos que se enquadrarão às especificidades regionais. Essas especificidades serão assimiladas atravẽs de estudos bãasicos que culminam nos chama dos Planos Regionais e orientarão as ações do governo no sentido de se buscar reduzir os desnĩveis constatados.

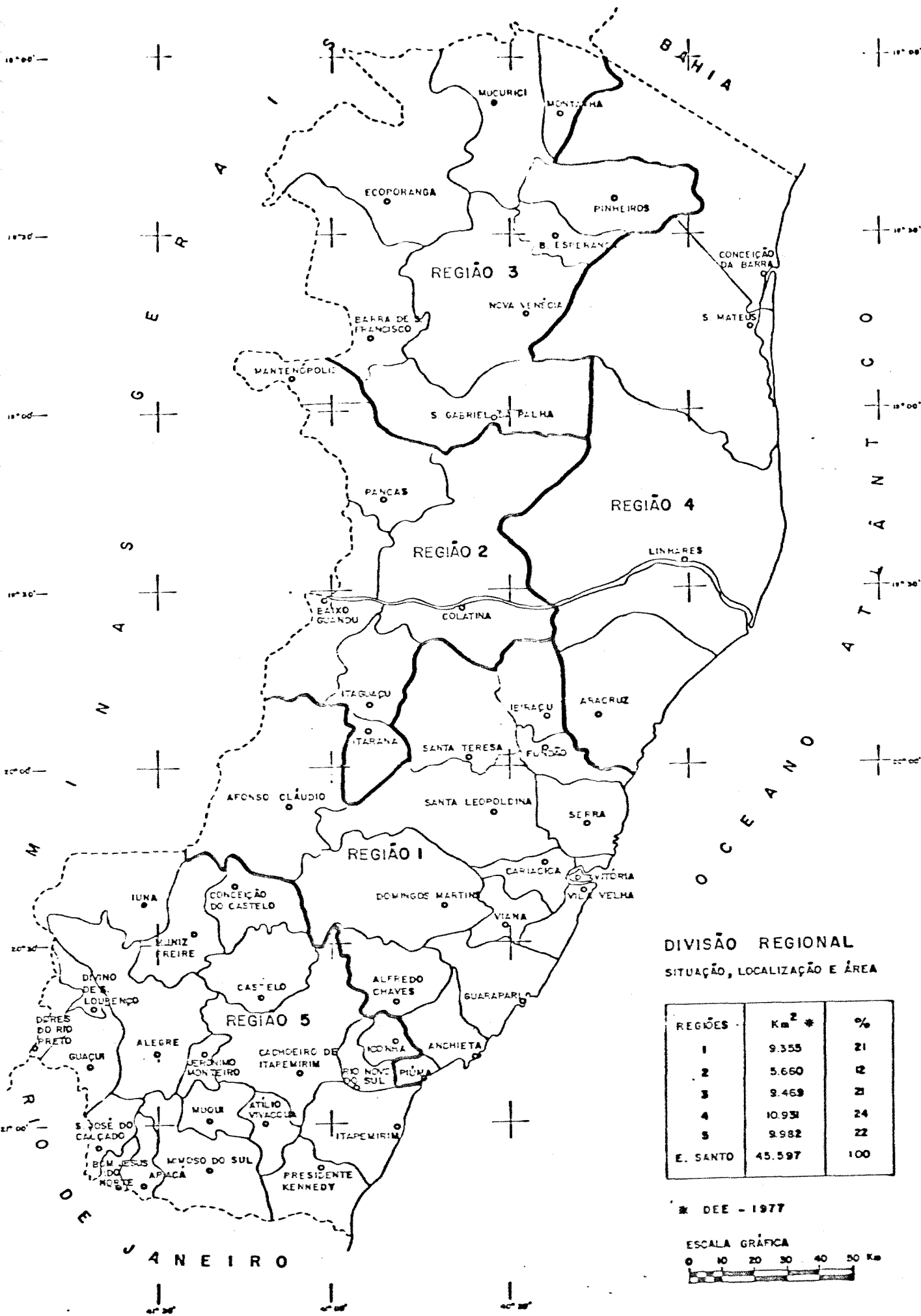
## II. DINAMIZAR AS CIDADES-PÓLO, CIDADES DE APOIO URBANO AO DESENVOLVI MENTO RURAL E VILAS

Uma das condições para o desenvolvimento econõmico e social harmõnico ẽ a existẽncia de uma eficiente rede urbana, onde os nũcleos urbanos se distribuem hierarquicamente em suas funções.

A dinamizaçãõ dos nũcleos significa a dinamizaçãõ da rede urbana en quanto base sustentadora da atividade econõmica. A atençãõ, portanto , deverã ser voltada para pontos estratẽgicos, nũcleos estratẽgicos de maior potencial de dinamizaçãõ do seu raio de influẽncia (Hinterlãndia). ẽ de se ressaltar a necessidade de se trabalhar o complexo urbano-ru ral para a manutençãõ de um desenvolvimento equilibrado que ofereça condições econõmico-sociais de reter o contingente populacional expul so do campo.

Concretamente, objetiva-se atuar sobre elementos manipulãveis a nĩvel urbano como: infra-estrutura, estrutura fĩsica e rede de serviços, re de se comunicações e de transportes.

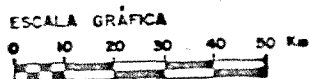
Em resumo, sob um ponto de vista mais amplo, as diretrizes gerais da Polĩtica de Desenvolvimento Urbano e Regional visam atingir dois nĩ veis. O primeiro, mais abrangente, determina que a polĩtica deve desem penhar um papel estratẽgico na promoçãõ de desenvolvimento igualmente distribuído (equidade) no espaço; o segundo determina que a mesma deve



DIVISÃO REGIONAL  
SITUAÇÃO, LOCALIZAÇÃO E ÁREA

REGIÕES	Km <sup>2</sup> *	%
1	9.355	21
2	5.660	12
3	9.469	21
4	10.931	24
5	9.982	22
E. SANTO	45.597	100

\* DEE - 1977



possibilitar um quadro de vida que permita ao homem usufruir de todos os benefícios da vida urbana.

Partindo-se dessas diretrizes gerais e dos objetivos define-se como diretrizes de intervenção as seguintes ações:

- . A coordenação dos investimentos em infra-estrutura e regulamentação do uso do solo nas regiões definidas como prioritárias pelo Estado.
- . Reforço das cidades pólos beneficiários da descentralização e desconcentração industrial.
- . Dinamização das funções de apoio às atividades agropecuárias e agroindustriais desempenhados por cidades de apoio urbano ao desenvolvimento rural.
- . Interiorização do circuito de indústrias voltadas para o uso de matérias-primas locais para que assim se possa criar condições internas às respectivas regiões, de acumulação endógena de capital.

## 2.2. OS OBJETIVOS DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO - PDRI

---

O Programa de Desenvolvimento Rural Integrado insere-se pois no âmbito destas políticas e nasce da articulação de vários órgãos setoriais, concretizando a compatibilização de seus objetivos e ações na área de sua abrangência.

Tendo como objetivo geral a interiorização do desenvolvimento o PDRI tem como objetivos específicos:

- a) identificar regiões de menor dinamismo econômico e/ou que apresentem-se carentes dos equipamentos e serviços essenciais à manutenção de suas atividades produtivas e de um nível aceitável de vida;
- b) identificar e fomentar nesta região, atividades com efetivo potencial de resposta no que tange à geração de renda, emprego, aumento da produção e produtividade;
- c) identificar as principais necessidades de infra-estrutura de apoio e de serviços, viabilizando a seleção de projetos que respondam aos estrangulamentos do processo de realização ou aprimoramento da produção e à hierarquização da rede urbana;
- d) articular organismos setoriais, que interferem na aplicação da política estadual, conjugando instrumentos e recursos, evitando a superposição de apoio a atividades e projetos assim como a pulverização ineficaz dos investimentos.

## 2.3.

## OS SUBPROGRAMAS

---

As propostas de intervenção que compõem o Programa de Desenvolvimento Rural Integrado pressupõem o desdobramento em intervenções, por um lado a nível das atividades produtivas, das condições de vida, da infra-estrutura de apoio, e por outro lado a nível de núcleos urbanos e ao nível rural/regional, embora tais aspectos se interagem e complementem na totalidade. Esta totalidade enseja intervenções articuladas, integradas, que alcançarão, assim sendo, um rebatimento positivo no desempenho econômico.

O PDRI a nível geral desdobra-se pois, nos seguintes subprogramas:

### A) SUBPROGRAMAS DE AÇÃO ECONÔMICA

- . Estímulo à diversificação agrícola - apoio à produção de insumos de natureza biológica tais como, matrizes e reprodutores, sementes e mudas, produtos agrícolas semi acabados (pintos, leitões) procurando sempre complementar a jornada anual de trabalho dos habitantes eliminando a folga das entre-safras.
- . Intervenção no processo de comercialização de produtos agrícolas.
- . Fomento à formação de Cooperativas de pequenos produtores.
- . Recuperação dos vales úmidos.
- . Estímulo as oportunidades industriais identificadas nos núcleos rurianos.

#### B) SUBPROGRAMA DE AÇÃO SOCIAL

- . Educação - implantar/equipar escolas para cursos vinculados diretamente às necessidades das atividades produtivas.
- . Saúde - propiciar atendimentos às necessidades básicas de saúde e saneamento.
- . Habitação - adequar os programas habitacionais às necessidades da região.

#### C) SUBPROGRAMAS DE APARELHAMENTO INFRA-ESTRUTURAL RURAL

- . Apoio a Consolidação/desencadeamento das atividades econômicas prioritárias.
  - Eletrificação rural
  - Estradas vicinais

#### D) SUBPROGRAMA DE APOIO URBANO AO DESENVOLVIMENTO RURAL

- . Interiorização da administração pública estadual
- . Implantação de equipamentos e serviços urbanos de apoio as atividades econômicas:
  - Telefonia/comunicação
  - Escolas
  - Equipamentos de saúde
  - Etc.

### 3. DEFINIÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PDRI



## 3.1.

## ESCOLHA DA MACRO-ÁREA

O Programa de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI) deverá, a priori, todo o norte do Estado do Espírito Santo que compreende basicamente três Regiões Programadas, cujos polos de atração estão localizados nas cidades de Colatina, Nova Venêcia e Linhares, perfazendo um total de 18 municípios (vide mapa 02).

O Norte do Estado é contemplado por este Programa de Investimentos por que, em linhas gerais, é uma área que sofreu muito intensamente o impacto da erradicação dos cafezais na década de 60 e, a partir daí, não criou alternativas econômicas capazes de soerguer sua economia e se tornar novamente expressiva a nível estadual. Pelo contrário, a opção encontrada foi, por um lado, a rápida proliferação da pecuária bovina e, por outro lado, investimentos maciços em reflorestamento *eucaliptos* através de grandes empresas. Estas atividades econômicas se caracterizam por expulsar o homem do meio rural, pois contribuem para a redução do número de pequenas propriedades (tanto a pecuária extensiva quanto o reflorestamento exigem grandes extensões de terra), assim como para a diminuição da área destinada ao cultivo de lavouras.

Diante deste quadro, o programa de Investimentos para a Região Norte visa, antes de tudo, criar condições para reverter este processo de esvaziamento do meio rural e de concentração da propriedade da terra.

Os critérios adotados para a seleção das áreas a serem beneficiadas pelo PDRI estão de acordo com a concepção geral do Programa, ou seja, serão privilegiadas as áreas onde:

- . O processo de concentração da propriedade é mais intenso;
- . As atividades econômicas se voltam prioritariamente para a agricultura;
- . A evasão rural é mais intensa;
- . A carência de equipamentos e serviços de apoio é mais acentuada (Educação, Saúde, Habitação, Eletrificação, Comunicação, Transporte, etc);
- . Se fazem mais presentes a necessidade de recursos financeiros para investimento.

A análise a seguir procura demonstrar a situação sócio-econômica do Norte Estadual a fim de se proceder a seleção da Macro-área, ou seja, da(s) Região(ões) Programa(s) que serão beneficiadas pelo conjunto de investimentos integrantes do Programa.

Dentre as regiões que compõem o Norte Estadual, a região de Linhares configura-se como a mais promissora, haja visto todo o montante de recursos financeiros que tem recebido nos últimos anos, destacando-se os incentivos concedidos para as atividades de reflorestamento (em grande parte acoplada, a Aracruz Celulose S/A), para a lavoura cacaeira, PROÁLC00L e Atividades de Extração de Petróleo - São Mateus.

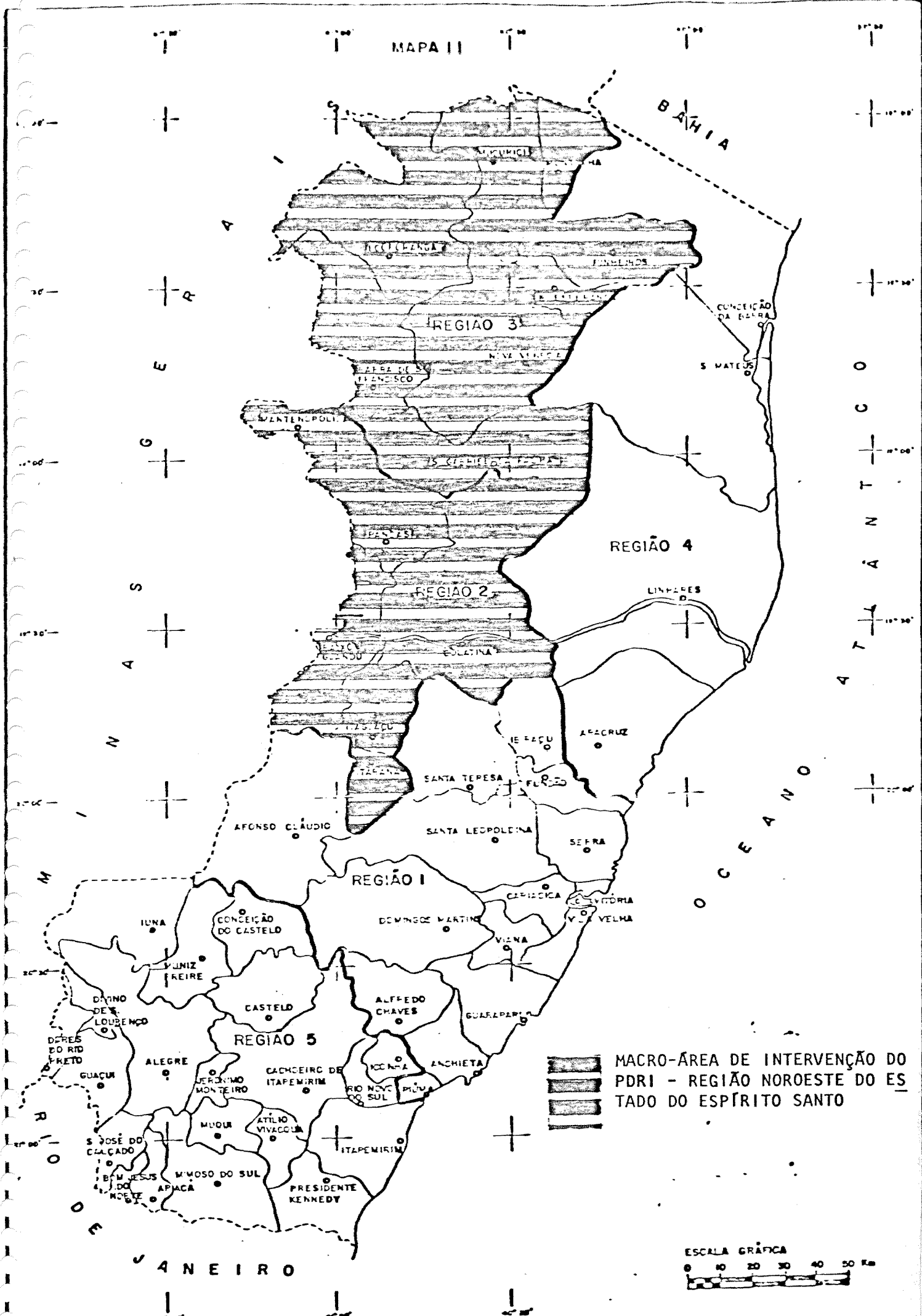
Além disso, é uma região que não sofreu as consequências drásticas da erradicação dos cafezais, características das outras duas regiões que tinham na lavoura cafeeira, o suporte básico de sua economia. Isto porque, o café não se configurava como a principal atividade geradora de renda para a região, tendo um peso significativo a produção de cacau e a extração da madeira.

Enquanto isto, as Regiões que se situam ao Noroeste do Estado (Nova Venécia e Colatina), foram as mais penalizadas pelas transformações econômicas do final da década de 60: o impacto da erradicação do café, gerou um processo intenso de concentração fundiária e eliminou as culturas de subsistência a ele concentradas, bem como uma diminuição relativa da área destinada a lavouras, em função da ampliação extensiva da pecuária bovina.

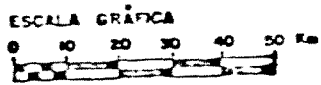
O quadro 03 mostra algumas das principais variáveis, referentes ao setor agrícola, comparando as três Regiões Programas do Norte. Embora Colatina tenha apresentado um alto índice de concentração de 70 para 75, continua sendo a Região que apresenta uma alta percentagem de sua área com estabelecimentos menores que 100ha, e por isto é a mais expressiva no subsetor lavouras.

No campo social, o resultado é basicamente o mesmo. As regiões mais carentes, são as que se situam ao Noroeste do Estado. Pode-se fazer a comparação através do quadro 04. A região de Nova Venécia, sem dúvida, é a mais necessitada de investimentos destinados ao atendimento das necessidades básicas, como saúde, educação e saneamento, bem como no que se refere a infra-estrutura (estradas, energia e comunicações).

Por esta análise, conclui-se que as Regiões de Colatina e Nova Venécia (vide mapa 02), passam a conformar a macro-área de intervenção prioritária do PDRI, devendo, necessariamente, receber os recursos do FND - Fundo Nacional de Desenvolvimento, a fim de tornar mais dinâmico o setor agrícola, assim como de atacar, principalmente os pontos de estrangulamento econômico-social destas Regiões. Necessário se faz uma análise que aprofunde o conhecimento específico destas Regiões, a nível de cada Município, onde poderão ser detectadas as áreas mais propícias para o Programa de Desenvolvimento Rural Integrado.



MACRO-ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PDRI - REGIÃO NOROESTE DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



## QUADRO 3

NORTE DO ESPÍRITO SANTO - ALGUNS INDICADORES ECONÔMICOS POR REGIÃO PRO  
GRAMA

INDICADORES	COLATINA	NOVA VENÉCIA	LINHARES
1. Crescimento do número de estabelecimentos com mais de 100ha (70/75) (%)	10	3	-3
2. % da área referente aos estabelecimentos com menos de 100ha (1975)	47,7	31,1	27,0
3. % da área utilizada com lavouras (1975)	23,6	13,2	13,0
4. % do valor da produção (1975)	100,0	100,0	100,0
. Animal	40,2	66,0	32,4
. Lavouras permanentes	35,6	17,0	38,5
. Lavouras temporárias	21,6	14,4	13,0
. Silvicultura e extração vegetal	2,6	2,6	16,1

Fonte: IJSN - Planos Regionais de Nova Venécia, Colatina e Linhares, Vol. 1, 1980.

## QUADRO 4

NORTE DO ESPÍRITO SANTO - ALGUNS INDICADORES SOCIAIS POR REGIÃO PROGRAMA

INDICADORES	COLATINA	NOVA VENÉCIA	LINHARES
1. % da PEA com renda de até 2 SM 1977	67,2	66,1	64,4
2. Taxa de alfabetização/1977	61,7	50,7	53,6
3. Mortalidade infantil/1977	71,0	67,5	62,5
4. Déficit de leitos hospitalares/ /1975	481	788	830
5. Déficit de médicos/1977	105	174	171
6. Déficit habitacional/1977	3.113	4.809	6.357
7. % dos estabelecimentos servidos com rede de água/1977	43,9	21,9	35,6
rede de esgoto/1977	27,8	12,8	35,9
8. Consumo de energia por habitante - - kwh/habitantes - ano/1976	22,1	7,3	17,9
9. Estradas estaduais e federais por área - km/km <sup>2</sup>	0,06	0,05	0,08

Fonte: IJSN - Planos Regionais de Nova Venécia, Colatina e Linhares, vol. 1, 1980.

continuação do quadro 4

REGIÃO II - COLATINA

POPULAÇÃO E TAXA DE CRESCIMENTO SEGUNDO A SITUAÇÃO

NOME DO MUNICÍPIO	SITUAÇÃO	POPULAÇÃO 1960	POPULAÇÃO 1970	POPULAÇÃO 1980	TAXA DE CRESCIMENTO 70/80
Colatina	U	35.000	54.300	68.108	1,023
	R	69.200	53.300	43.347	-0,980
	T	104.200	107.600	111.455	1,004
Baixo Guandú	U	8.400	13.400	15.039	1,012
	R	20.300	13.800	10.922	-0,977
	T	28.700	27.200	25.961	-0,995
Itaguaçu	U	2.300	3.100	4.464	1,037
	R	11.100	9.000	8.785	-0,998
	T	13.400	12.100	13.249	1,009
Itarana	U	1.200	1.900	2.097	1,010
	R	7.300	7.000	6.836	-0,998
	T	8.500	8.900	8.939	1,000
Mantenópolis	U	1.100	3.000	3.950	1,028
	R	9.300	9.200	9.643	1,005
	T	10.400	12.200	13.593	1,011
Pancas	U	2.900	4.800	7.543	1,046
	R	35.400	23.500	22.614	-0,996
	T	38.300	28.300	30.157	1,006
TOTAL DA REGIÃO	U	50.900	80.500	101.201	1,023
	R	152.600	115.800	102.147	-0,988
	T	203.500	196.300	203.348	1,004

Fonte: FIBGE. Censos Demográficos.

continuação do quadro 4

REGIÃO III - NOVA VENÉCIA

POPULAÇÃO E TAXA DE CRESCIMENTO SEGUNDO A SITUAÇÃO

NOME DO MUNICÍPIO	SITUAÇÃO	POPULAÇÃO 1960	POPULAÇÃO 1970	POPULAÇÃO 1980	TAXA DE CRESCIMENTO 70/80
Nova Venécia	U	7.400	11.100	17.060	1,044
	R	48.500	36.900	28.674	-0,975
	T	55.900	48.000	45.734	-0,995
Barra de São Francisco	U	8.900	14.100	16.966	1,019
	R	76.300	40.300	34.643	-0,985
	T	85.200	54.400	51.609	-0,995
Boa Esperança	U	600	1.100	3.392	1,119
	R	7.900	9.400	7.745	-0,981
	T	8.500	10.500	11.137	1,006
Ecoporanga*	U	*	6.800	9.533	1,034
	R	*	41.200	21.852	-0,939
	T	*	48.000	48.000	-0,958
Montanha**	U	6.100	9.600	11.237	1,016
	R	87.400	4.000	6.224	1,045
	T	93.500	12.600	17.461	1,033
Mucurici*	U	*	1.400	1.118	-0,978
	R	*	18.600	10.425	-0,944
	T	*	20.000	11.543	-0,947
São Gabriel da Palha	U	3.800	10.800	14.961	1,033
	R	41.100	25.200	27.506	1,009
	T	44.900	36.000	42.467	1,017
Pinheiros	U	700	10.600	11.857	1,011
	R	8.300	10.700	8.144	-0,973
	T	9.000	21.300	20.001	-0,994
TOTAL DA REGIÃO	U	-	65.500	86.124	1,028
	R	-	186.300	145.213	-0,975
	T	-	231.337	251.800	-0,992

\*O dado de 60 disponível refere-se a Microrregião (Alto São Mateus, que engloba os 3 municípios).

\*\*No Censo de 1980 foi incorporado o Distrito de Vinhático pertencente até então ao Município de Conceição da Barra.

Fonte: FIBGE. Censos Demográficos.



continuação do quadro 4

REGIÃO IV - LINHARES

POPULAÇÃO E TAXA DE CRESCIMENTO SEGUNDO A SITUAÇÃO

NOME DO MUNICÍPIO	SITUAÇÃO	POPULAÇÃO	POPULAÇÃO	POPULAÇÃO	TAXA DE CRESCIMENTO
		1960	1970	1980	70/80
Linhares	U	8.791	28.502	56.840	1,071
	R	56.627	64.713	66.379	1,003
	T	65.418	93.215	213.219	1,028
São Mateus	U	6.547	13.030	27.452	1,077
	R	25.803	28.388	27.664	-0,997
	T	32.350	41.418	55.116	1,029
Conceição da Barra	U	3.703	8.474	27.858	1,126
	R	21.486	18.330	8.371	-0,925
	T	25.189	26.804	36.229	1,031
TOTAL DA REGIÃO	U	21.025	56.869	119.134	1,077
	R	124.933	136.642	123.464	0,990
	T	142.958	193.511	242.598	1,023

Fonte: FIBGE. Censos Demográficos.

## 3.2.

## SELEÇÃO DOS MUNICÍPIOS PRIORITÁRIOS

Escolhida a Macro-área aprofunda-se a definição da região programa escolhendo-se os municípios prioritários, tendo-se em conta:

- a) A análise da estrutura fundiária identificando os municípios de maior concentração de propriedades com menos de 100ha de área;
- b) A análise da agricultura identificando os municípios com maiores possibilidades de diversificação agrícola, geração de empregos, aumento de produção e produtividade;
- c) A compatibilização dos investimentos setoriais já definidos na área pelos órgãos setoriais do governo;
- d) A necessidade de não pulverizar em demasia os recursos, evitando assim a perda da eficácia dos investimentos.

Para a programação de 1981, é importante destacar, assume importância entre os critérios estabelecidos, o interesse em integrar e complementar as programações dos diferentes órgãos setoriais do governo. Enquanto que para este ano, quando se inicia o PDRI, procura-se adequar o mesmo às programações setoriais isoladamente, complementando e integrando os projetos compatíveis com seus objetivos, para os anos seguintes, 1982 e 1983, procurar-se-á, através da articulação dos órgãos setoriais, incluir em suas programações, os projetos integrados, previstos no âmbito do PDRI. Aí então, a metodologia de seleção de áreas e projetos prioritários, poderá ser mais sofisticada e precisa.

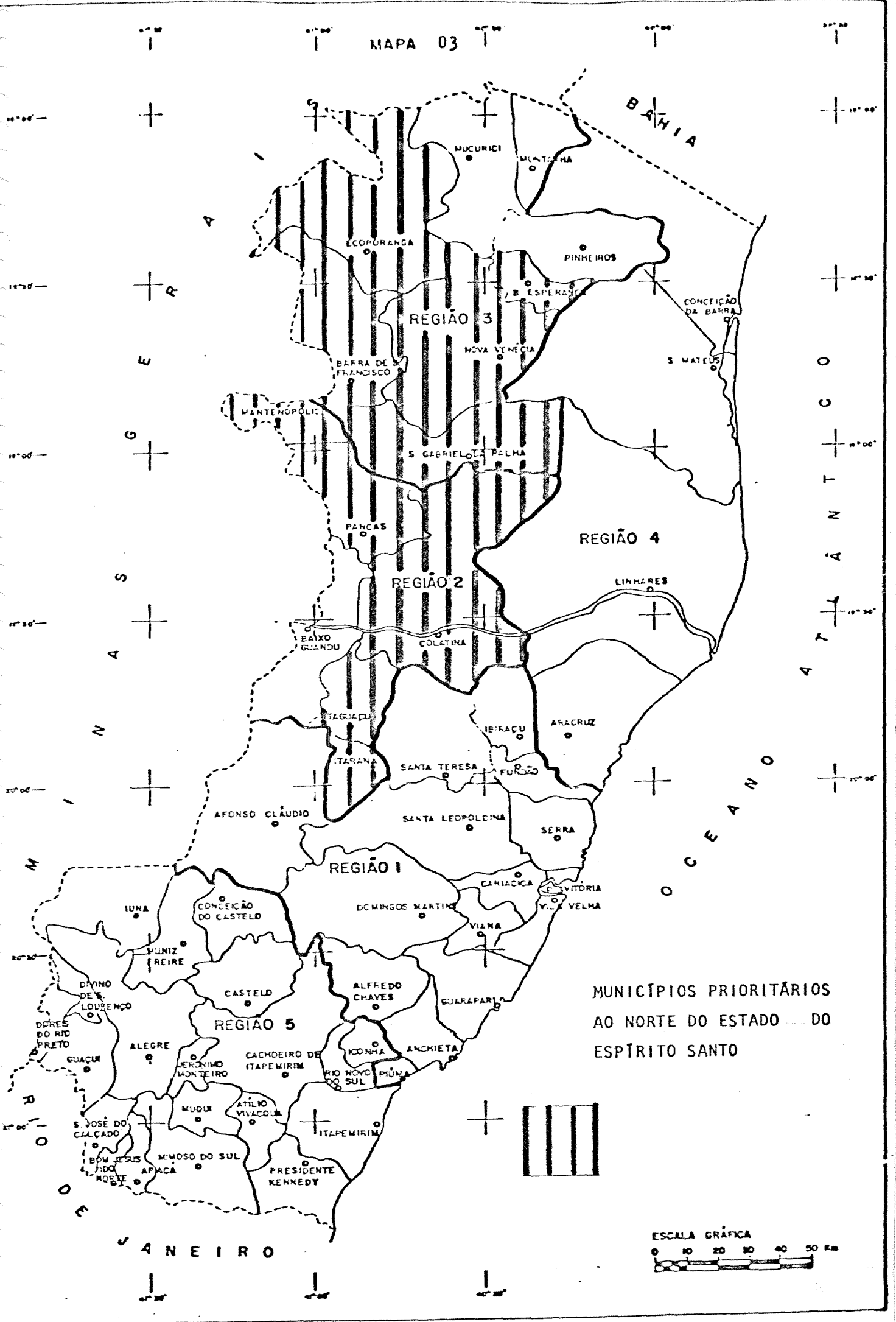
Isto posto para a definição dos municípios prioritários, a aplicação dos critérios relativos a Estrutura Fundiária e utilização das terras para 1981, é feita de forma simplificada, incluindo-se entre eles todos aqueles que apresentem:

- I - Um número significativo (mais de 100) de propriedades, com área inferior a 100ha;
- II - 50% e mais de sua superfície, coberta por propriedades com área inferior a 100ha;
- III - 50% e mais de sua superfície, coberta por estabelecimentos onde a atividade predominante é a agricultura;
- IV - 10% e mais de sua superfície utilizada para a produção de lavouras temporárias.

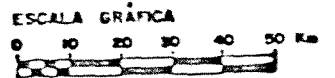
Assim sendo, no mapa 3 são destacados os municípios prioritários para o PDRI, segundo estes critérios, quais sejam:

- . Colatina;
- . Itaguaçu;
- . Itarana;
- . Mantenópolis;
- . Pancas;
- . Boa Esperança;
- . Ecoporanga;
- . Nova Venécia;
- . São Gabriel da Palha;
- . Barra de São Francisco.

Ficam pois excluídos, os municípios de Baixo Guandu, Montanha, Mucurici e Pinheiros, por não apresentarem, em termos globais, características compatíveis aos objetivos. Observa-se, entretanto, que a análise dos critérios a nível municipal, traz certas distorções. Pode ocorrer, por exemplo, que municípios com áreas significativas de pequenos proprietários, não sejam incluídos na programação; e o inverso, municípios com áreas significativas de grandes propriedades, sejam incluídos na mesma.



MUNICÍPIOS PRIORITÁRIOS  
AO NORTE DO ESTADO DO  
ESPÍRITO SANTO



QUADRO 5

REGIÕES DE NOVA VENÉCIA E COLATINA - ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA E PRODUTIVA SEGUNDO OS MUNICÍPIOS - 1975

MUNICÍPIOS	PROPRIEDADES < 100ha		ESTABELECIMENTOS COM ATIVIDADE PREDOMINANTE - AGRICULTURA % DA ÁREA DO MUNICÍPIO	% DA ÁREA DO MUNICÍPIO UTILIZADA COM LAVOURAS TEMPORÁRIAS
	Nº DE ESTABELECIMENTOS	% DA ÁREA TOTAL DO MUNICÍPIO		
Baixo Guandu	780	36,7	27,5	8,0
Colatina	2.742	44,5	54,9	8,1
Itaguaçu	729	57,8	48,9	8,9
Itarana	629	76,8	78,3	12,7
Mantenópolis	499	50,7	70,7	15,9
Pancas	1.252	49,7	65,5	11,6
Boa Esperança	332	34,3	30,5	14,9
Ecoporanga	1.368	20,3	16,3	6,0
Montanha	113	7,6	1,1	4,8
Mucurici	250	9,8	2,2	1,3
Nova Venécia	1.834	39,0	27,9	1,9
Pinheiros	400	22,5	11,1	6,8
São Gabriel da Palha	1.418	54,7	64,3	5,2
Barra de São Francisco	2.649	57,1	66,0	12,0

Fonte: FIBGE. Censo Agropecuário, 1975.

## 3.3.

APOIO AOS PROGRAMAS DE FOMENTO ECONÔMICO  
EXISTENTES NA REGIÃO PROGRAMA

Uma vez estabelecida, através dos critérios explicitados, a região prioritária, para receber os recursos previstos no Programa de Desenvolvimento Rural Integrado, procedeu-se a escolha de projetos, procurando sempre a integração dos investimentos setoriais do Estado e o atendimento das necessidades mais prementes das comunidades locais. Para garantir a integração dos investimentos, evitou-se, também, a sua pulverização, no âmbito dos 9 municípios. Voltou-se então, a aplicação dos recursos para os municípios onde certos programas de fomento econômico, em andamento, demandavam, para garantir sua eficácia, apoio de âmbito social, e infra-estrutural.

A seguir, procurava-se sintetizar tais programas, no intuito de esclarecer as demandas, com relação ao PDRI.

## 1. PROGRAMA DE APOIO À SUINOCULTURA NO ESPÍRITO SANTO - 1980/81

A concepção deste programa foi elaborado pela Gerência de Desenvolvimento Rural do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A - BANDES, com a participação de técnicos da Secretaria de Estado da Agricultura, através do Instituto CEPA-ES.

Com base na análise do setor agrícola estadual e suas perspectivas, destacando-se em tópico especial a da suinocultura e suas potencialidades no concerto dos mercados mundial, nacional e estadual, o estudo identifica as seguintes vantagens apresentadas pelo Estado do Espírito Santo no tocante à implantação de um Programa de Suinocultura:

"O Desenvolvimento de um programa de apoio à suinocultura no Espírito Santo se viabiliza pelas seguintes condições e/ou vantagens:

- a) O Espírito Santo ainda é um Estado importador de produtos suínos, com previsões de déficits crescentes no confronto entre as projeções de oferta e procura desses produtos, demonstrando-se um bom mercado real para carne suína e seus derivados;
- b) Geograficamente, o Estado está localizado na Região Sudeste, entre os maiores mercados consumidores do País, e que apresentam os maiores déficits de carne suína;
- c) O Estado se interliga com todo o Brasil, através de excelente malha de rodovias pavimentadas que permitem o escoamento de toda a produção;
- d) Conta, em localização estratégica, com o Porto de Vitória (terminal do Corredor de Exportação Goiás-Minas Gerais-Espírito Santo), aparelhado para exportação de produtos frigorificados e com elevada capacidade estática de estocagem de frios e de grãos;
- e) O Estado conta com organismos de estrutura regionalizada atuando nas áreas de pesquisa animal (Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária - EMCAPA), defesa sanitária animal (Empresa Espírito-santense de Pecuária - EMESPE) e assistência técnica (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Espírito Santo - EMATER-ES), capazes de garantir um programa efetivo de apoio e assistência ao pequeno produtor;



f) A condição de importador de milho é compensada pela aptidão do solo e clima do Estado à produção de mandioca".

No delineamento da estratégia de ação do Programa, é especificada os objetivos gerais a alcançar, assim como os aspectos nos quais deverá ser centrada a intervenção (listados abaixo), acompanhados de itens que en focam a operacionalização do programa, medidas governamentais de apoio ao setor, articulação institucional necessária à implementação do Programa e Acompanhamento e Avaliação:

- *Objetivos gerais a alcançar.*

"Os objetivos básicos que se pretende sejam alcançados com o Programa de Apoio à Suinocultura no Espírito Santo são os seguintes:

- . produzir cevados e reprodutores, do tipo carne, para a satisfação da demanda interna estadual, liberando, em primeira etapa, a importação de outros Estados e, posteriormente, visando a conquista de uma parcela do mercado nacional;
- . garantir o suprimento de matéria-prima de alto padrão qualitativo aos frigoríficos/abatedouros de suínos no Estado;
- . fomentar o aperfeiçoamento da produção de matéria-prima, através da seleção de raças, adequado manejo e nutrição controlada, através da difusão de técnicas exploratórias preconizadas pela moderna tecnologia;
- . apoiar o desenvolvimento da suinocultura capixaba, através de sistemas integrados (preferencialmente em regime cooperativo), que contemplem os diversos segmentos da atividade econômica, quais sejam: produção de insumos (ração), criação e terminação de suínos, abate, industrialização e comercialização dos produtos finais;

- . incentivar a federalização da inspeção do abate nos frigoríficos estaduais;
- . incentivar a produção e comercialização através de sistemas cooperativistas, visando integrar o pequeno produtor ao processo".

- Aspectos nos quais se pretende intervir.

"Com base nos objetivos estabelecidos, pretende-se, através deste Programa, intervir nos seguintes segmentos da atividade de produção/comercialização de carne suína:

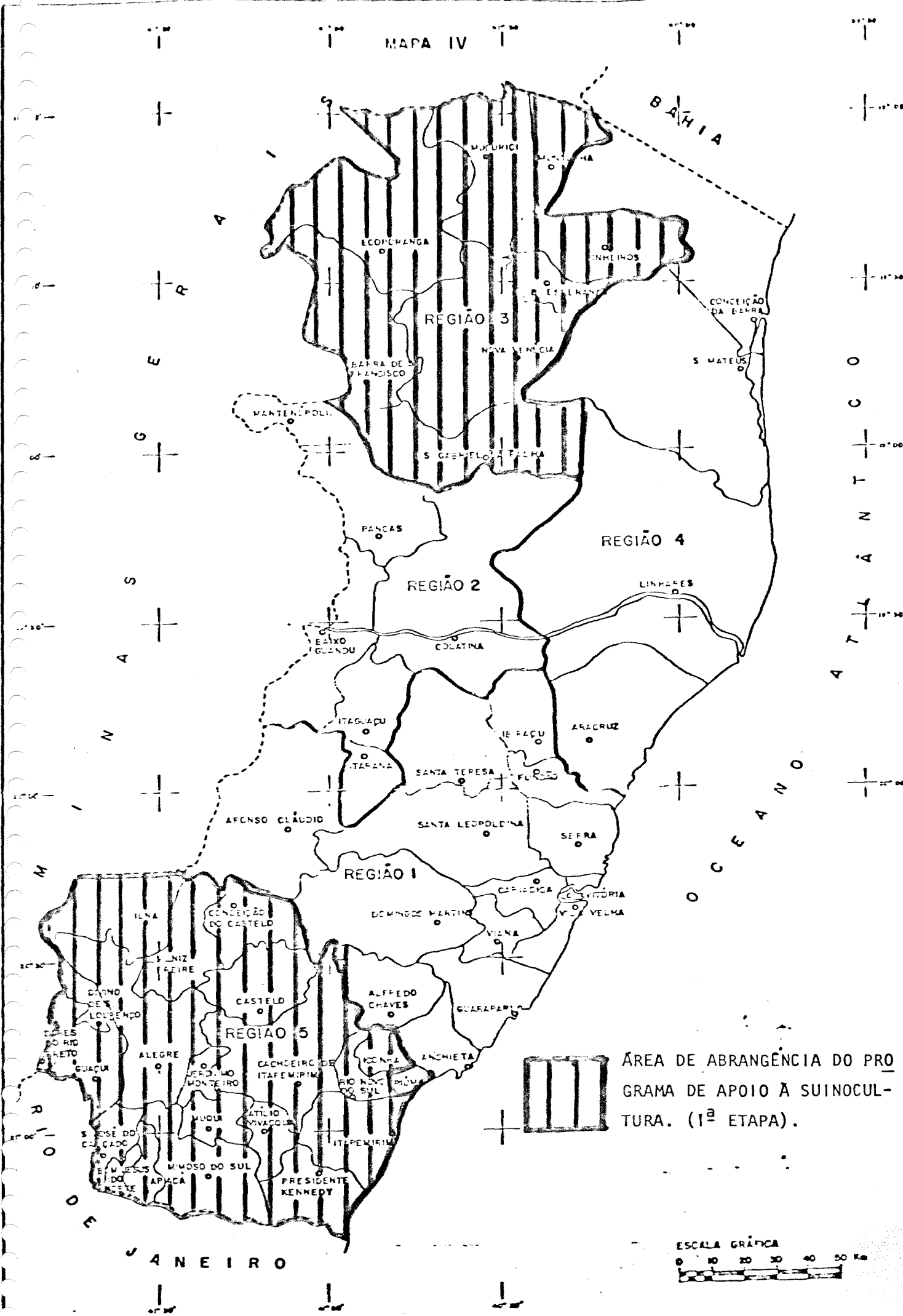
a) Apoio à produção de matéria-prima agropecuária, envolvendo:

1. produção agrícola de grãos e outros insumos para a atividade suínica (principalmente na produção de milho e mandioca), através do estabelecimento da exigência para o suinocultor que vier a se utilizar do apoio creditício via BANDES de produzir, pelo menos, 30% do milho/mandioca correspondente às necessidades de seu plantil;
2. estocagem de grãos, pela instalação de silos graneleiros em pontos estratégicos;
3. criação de produtores (*raças puras*) e de matrizes (*bi-cross*), para garantia do ritmo programado de reprodução e melhoramento genético, via apoio financeiro e garantia de assistência técnica a produtores (preferencialmente associados à cooperativas) organizados em empresas rurais vinculadas a sistemas integrados;
4. produção de cevados destinados ao abate nos frigoríficos integridos, dentro das seguintes modalidades alternativas:
  - . produção, recria e terminação de leitões, em ciclo completo;

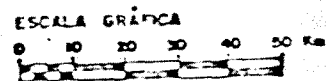
- . produção de leitões para a venda a recriadores-terminadores;
  - . recriadores-terminadores de leitões para venda aos frigoríficos;
  - 5. a difusão de técnicas exploratórias preconizadas pela moderna tecnologia, através de um efetivo programa de assistência técnica aos suinocultores pela EMATER-ES;
  - 6. a pesquisa animal e o controle zoo-sanitário do rebanho, através da ação da EMCAPA e EMESPE;
- b) Apoio às unidades de transformação industrial, vinculadas a sistemas integrados, visando:
- 1. processamento de rações para suínos, através de fábricas de rações;
  - 2. adaptação das plantas industriais de frigoríficos já instalados, para o abate de suínos;
- c) Apoio à comercialização, mediante:
- 1. disseminação de informações sobre preços de produto final e de insumos (SEAG/CEPA/EMATER);
  - 2. assistência técnica à organização dos sistemas de comercialização via cooperativas (EMATER/SEAG-ES)".

Com os objetivos compatíveis com os do Programa de Desenvolvimento Rural Integrado, pode-se inferir mediante o mapa 04 de *Regionalização do Programa de Apoio à Suinocultura do Espírito Santo*, que na região geográfica - Norte do Estado - a Região Programa de Nova Venécia foi deferida como integrante da 1ª etapa do Programa de Suinocultura.

MAPA IV



ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PROGRAMA DE APOIO À SUINOCULTURA. (1ª ETAPA).



Dentre os investimentos concernentes a este Programa destaca-se, na Região Programa de Nova Venécia, o *Programa Integrado da Cooperativa Agropecuária do Norte do Espírito Santo - COOPNORTE*. Localizado no município de Nova Venécia, na localidade denominada Rio Preto, às margens da Rodovia ES-013, que liga Nova Venécia a São Mateus, distante 9,5km da sede do Município. A sua estruturação está inserta, num modelo que contempla as seguintes fases do processo produtivo:

1. "Armazenamento de grãos e processamento de rações para suínos - através da implantação de uma unidade industrial, em fase final de construção, vinculada diretamente à COOPNORTE, com capacidade de produção de 80t/dia (24.000t/ano) de rações balanceadas para suínos. A fábrica dispõe de 4 silos, com capacidade estática de armazenamento de 2.400 t/milho, com previsão de, a curto prazo, ampliar essa capacidade para 12.000t.

Os investimentos realizados são de ordem de Cr\$ 15 milhões, mediante a alocação de recursos próprios e financiamentos do Banco do Brasil S/A.

Os recursos financeiros necessários para a ampliação dos silos granjeiros, são da ordem de Cr\$ 20.000 mil.

2. Produção de matrizes *Bi-cross* para reposição, e de leitões *Tri-cross* para engorda, através da implantação de uma empresa coligada à COOPNORTE, A Suinocultura Norte do Espírito Santo S/A - SUINORTE (em fase de projeto), que operará:

- . uma granja multiplicadora (avós), com um plantel de 402 matrizes (raças puras) e capacidade de produção de 1.680 matrizes *Bi-cross*, por anos;
- . uma granja reprodutora (pais), com capacidade de produção de 31.680 leitões/ ano para engorda.

Os investimentos totais calculados para a SUINORTE montam a ..... Cr\$ 130 milhões.

3. Terminação de leitões produzidos pela granja matrizeira da SUINORTE, através de cerca de, aproximadamente, 150 granjas instaladas em pequenas propriedades de associados à COOPNORTE, com capacidade média de acabamento de 32 cabeças/mês cada uma, fundamentalmente concentradas em uma mancha de pequenas propriedades no município de Nova Venécia.

A produção dessas pequenas granjas (que deverão ser instaladas em propriedades de até 100ha, localizadas num raio de distância de até 40km do local do frigorífico), será totalmente destinada ao Frigorífico do Norte do Espírito Santo S/A - FRINORTE, assegurando-se, dessa forma, o suprimento de 45% da matéria-prima necessária àquele frigorífico.

Estima-se, para a instalação dessas pequenas granjas terminadoras, investimentos totais da ordem de Cr\$ 60 milhões (construção civil, compra de suínos e custeio).

4. Para a produção dos restantes 55% da matéria-prima necessária ao funcionamento do FRINORTE, pretende-se mobilizar grupos locais (da região) e/ou outras cooperativas para organizarem, sob a forma de empresa rural, granjas para a produção de suínos em ciclo completo (cria, recria e terminação).

Essas empresas terão um plantel de 280 matrizes, com capacidade para produzirem 3.000 cevados/ano cada uma. Os investimentos calculados para a implantação de sete granjas de 280 matrizes, atingem o montante de Cr\$ 203.980 mil, incluindo instalações, equipamentos, aquisição de reprodutores e custeio (ração 1º ano).

5. Abate, industrialização e comercialização da produção final, pelo FINORTE (em fase de implantação), que absorverá toda a produção de cevados das granjas de recria e engorda.

As metas de produção da empresa, considerando-se a utilização de 100% da capacidade instalada, serão as seguintes:

. abate de suínos .....	200 cabeças/dia (6.000/mês)
. produção de embutidos, defumados e salgados .....	6.000kg/dia
. farinha de carne e ossos .....	800kg/dia
. farinha de sangue .....	80kg/dia
. banha comum e outros subprodutos .....	1.370kg/dia

Os níveis de produção foram projetados, prevendo a utilização da capacidade instalada 70% no 1º ano, 85% nos 3 anos seguintes e 100% a partir do 5º ano em operação.

6. A assistência técnica ao programa, será prestada pela EMATER, através de seus escritórios locais, sediados nos municípios atingidos pelo Programa da COOPNORTE e por técnicos especializados do quadro de pessoal da cooperativa.

O prazo previsto para a implantação de todo o programa da COOPNORTE é de 3 (três) anos, devendo a fábrica de rações entrar em operação no final de 1980; a SUINORTE, no primeiro semestre de 1981; o FRINORTE, no segundo semestre de 1981 e as empresas integradas, no segundo semestre de 1982. As granjas de terminação de cevados deverão ser instaladas até o início do 2º semestre de 1981.

## 2. PROGRAMA DE APOIO À PIPERICULTURA

Ainda que esteja em fase final de elaboração, o documento que embasa a implantação do *Programa de Apoio à Pipericultura*, procura alinhar alguns aspectos, até então, desenvolvidos pelo grupo de trabalho.

O Estado do Espírito Santo é o terceiro produtor brasileiro de pimenta-do-reino, mas se comparada sua produção com a do 1º produtor, constata-se que é sensivelmente insignificante, ou seja, 0,71% em 1979. Com a política de incentivo a esta cultura, por parte do Governo Estadual, basicamente, a partir do ano de 1973, constata-se uma expansão da cultura da pimenta-do-reino e, segundo um perfil, em termos de estrutura fundiária, concentrado em pequenas propriedades. Das 173 propriedades voltadas para esta cultura, 150 estão situadas no estrato de áreas no intervalo de 05 a 100ha, e que no âmbito espacial, referente ao Programa de Desenvolvimento Rural Integrado, estão fundamentalmente circunscritas aos Municípios de Nova Venécia e São Gabriel da Palha.

Conforme a versão preliminar do documento:

"As perspectivas da cultura são excelentes, uma vez que, na Bahia (2º produtor) a tendência é da cultura vir a decrescer vertiginosamente, em função de problemas fitossanitários. No Pará, a disseminação das moléstias, fez com que fosse reduzida, inclusive, a vida útil do pimental. Há alguns anos, a vida produtiva da pimenteira alcançava até 15 anos, porém, em virtude de fusariose, essa média foi reduzida para 8 anos.

Neste contexto, o Espírito Santo leva nítida vantagem, onde alguns pimentais, com 18 a 22 anos de idade, vem produzindo melhor que os plantios mais recentes. Este fato poderá ser explicado pelas condições de clima favoráveis a cultura de pimenta".



No que diz respeito aos investimentos, assume proveniência o da *Fazenda Ouro Verde S/A*, localizada a 14km da sede do Município de São Gabriel da Palha.

Como parte integrante do projeto de solicitação de incentivo fiscais, há a previsão do plantio de 120.000 pés de pimenta do reino, distribuídos em duas etapas: a primeira, 60.000 pés (80/81) e a segunda (80/81), na mesma quantidade que proporcionarão numa produção de 360 toneladas, na fase de estabilização.

Os investimentos programados podem ser resumidos segundo o quadro a seguir:

DISCRIMINAÇÃO	CR\$ mil
USOS DO PROJETO	<u>43.382,6</u>
INVESTIMENTOS FIXOS	<u>9.547,6</u>
. Benfeitorias	312,3
. Obras e instalações	4.565,7
. Máquinas e implementos agrícolas	4.159,6
. Móveis e utensílios	60,0
. Projeto técnico	450,0
IMPLANTAÇÃO DA LAVOURA	<u>23.199,3</u>
. 1ª etapa	11.599,7
. 2ª etapa	11.599,6
MANUTENÇÃO DA LAVOURA	10.502,2
. 1ª etapa	5.251,1
. 2ª etapa	5.251,1
EXAME DE ESCRITA E VISTORIA PRÉVIA	<u>213,5</u>
FONTES DO PROJETO	<u>43.382,6</u>
FINANCIAMENTO BANDES/BACEN	<u>15.000,0</u>
. Investimentos Fixos	6.500,0
. Implantação e manutenção da lavoura: 1ª etapa	4.250,0
2ª etapa	4.250,0
RECURSOS DE CAPITAL	<u>28.382,6</u>
. Recursos do Grupo	11.882,6
. Incentivos Fiscais DL 880	16.500,0

Fonte: Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Espírito Santo - GERES

### 3. PROÁLCOOL

Em fase de discussão no Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo, o projeto de implantação de uma usina autônoma de álcool hidratado, no município de Boa Esperança, a partir da cana-de-açúcar, prevê uma capacidade de 40.000ℓ/dia. A área de plantio estimada é de 2.613ha, sendo que, até então, compõe o projeto a seguinte distribuição, segundo o número de produtores e a respectiva área a ser plantada:

- . 16 produtores - 60ha;
- . 15 produtores - 40ha;
- . 26 produtores - 20ha,

que totaliza um total de 51 produtores com uma área de 2.080ha.

Os investimentos industriais e agrícolas previstos, atingem a cifra de 250 milhões, respectivamente.

## 3.4.

## ESCOLHA DOS PROJETOS

---

Através da análise das programações dos diferentes órgãos setoriais do Governo para as áreas de influência recíproca destes programas de ação econômica e do PDRI, e de visitas às Prefeituras Municipais, Cooperativas e Escritórios locais e regionais da EMATER, sintetizou-se a concepção de alguns programas relevantes compostos por projetos articulados como pode-se observar a seguir. Tais projetos integrados serão realizados com a aplicação de recursos de várias fontes, desde as comunidades locais e prefeituras até o Governo Estadual e Federal. Entre eles prevê-se a participação do MINTER-SERSE em três projetos voltados para o apoio urbano ao desenvolvimento rural e ação social no campo da saúde, educação e abastecimento de água. Os objetivos, justificativas, metas e formas de implantação, custos e planos de aplicação dos referidos projetos são sumariamente explicitados nas fichas de projetos apresentadas mais adiante.

SUBPROGRAMA DE AÇÃO ECONÔMICA

PROJETO	OBJETIVOS	METAS	VALOR CR\$ 1.000,00	PROGRAMAS RELACIONADOS	ÓRGÃOS EXECUTORES	FONTES DE RECURSOS
1. Pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Melhorias tecnológicas na produção de:</li> <li>. Mudas e sementes de pimenta-do-reino.</li> <li>. Sementes de feijão.</li> <li>. Sorgo Sacarino.</li> <li>. Soro de leite para a alimentação de suínos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. 45 toneladas de sementes de feijão.</li> <li>. 45 mil mudas/ano de sementes até 1985.</li> </ul>	26.620	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Programa de Apoio à Suinocultura - GERES/ BANDES.</li> <li>. Programa de Apoio à Pipericultura - GERES/ BANDES.</li> <li>. Proálcool - GERES/ BANDES/</li> <li>. Programa de Apoio as Cooperativas - GERES/ BANDES.</li> </ul>	<p>EMCAPA</p> <p>COOPNORTE</p>	<p>FND-SEPLAN</p> <p>Governo do Estado</p> <p>COOPNORTE</p>
2. Abastecimento de produtos hortigranjeiros	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Ampliar a atuação da CEASA/ES na distribuição dos produtos hortigranjeiros em Nova Venécia, B. de S. Francisco e São Gabriel da Palha.</li> <li>. Elevar padrão de higiene das feiras.</li> <li>. Classificar produtos agrícolas.</li> <li>. Melhorar condições de trabalhos dos produtores.</li> <li>. Controlar margem de lucro</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Aquisição de boxes metálicos para o hortomercado de Nova Venécia.</li> <li>. Aquisição de carrinhos para o consumidor.</li> <li>. Aquisição de bancas para a realização de feiras do produtor dos Municípios de Nova Venécia, Barra de São Francisco e São Gabriel da Palha.</li> </ul>	29.480	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Programa de Controle da Comercialização de produtos agrícolas.</li> <li>. Apoio aos pequenos produtores.</li> </ul>	<p>CEASA</p> <p>Prefeituras Municipais</p>	<p>Prefeituras Municipais</p> <p>FND-SEPLAN</p>

SUBPROGRAMA DE AÇÃO ECONÔMICA

PROJETO	OBJETIVOS	METAS	VALOR CR\$ 1.000,00	PROGRAMAS RELACIONADOS	ÓRGÃOS EXECUTORES	FONTES DE RECURSOS
3. Cooperativa Comunitária de Indústrias Caseiras	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Concentrar e comercializar a produção caseira de diversos produtos, tais como: licores, sabão, queijos, vassouras, cestos, peneiras, carne de sol, doces, vinhos e artesanato em geral etc.</li> <li>. Promover cursos sobre as diversas atividades de produção caseira.</li> <li>. Facilitar a aquisição da matéria-prima necessária a produção caseira.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Construir galpão de cerca de 350m<sup>2</sup> para a comercialização dos produtos da cooperativa.</li> </ul>	2.500	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Programa de Apoio as Cooperativas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Prefeitura Municipal de Boa Esperança</li> <li>. Cooperativa Comunitária</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. FND</li> <li>. Prefeitura</li> <li>. Cooperativa</li> </ul>

## PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL INEQUALD

## SUBPROGRAMA DE APARELHAMENTO INFRA-ESTRUTURAL RURAL

PROJETO	OBJETIVOS	METAS	VALOR CR\$ 1.000,00	PROGRAMAS RELACIONADOS	ÓRGÃOS EXECUTORES	FONTES DE RECURSOS
Pavimentação asfáltica da Rodovia ES 130 no trecho Boa Esperança-Nova Venécia	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Consolidar Nova Venécia como pólo regional.</li> <li>. Garantir o escoamento da produção agrícola regional.</li> </ul>	. Pavimentar 28km de rodovia.	194.291	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Programa de Apoio à Suinocultura GERES/BANDES.</li> <li>. Programa de Apoio à Pipericultura GERES/BANDES.</li> <li>. PROÁLCOOL em Boa Esperança.</li> </ul>	. DER	<ul style="list-style-type: none"> <li>. FND-SEPLAN</li> <li>. Governo do Estado</li> </ul>
Abertura e/ou reabertura de Estradas vicinais	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Propiciar o escoamento dos produtos agrícolas.</li> <li>. Propiciar o abastecimento de insumos básicos.</li> </ul>	. Abertura e/ou reabertura de 332,5km de estradas vicinais nos Municípios de Nova Venécia, B. de S. Francisco, Boa Esperança, São Gabriel da Palha.	84.822	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Programa de Apoio à Pipericultura.</li> <li>. Programa de Apoio à Suinocultura.</li> <li>. Programas de Apoio à diversificação agrícola.</li> <li>. Proálcool.</li> </ul>	. CERMAG	<ul style="list-style-type: none"> <li>. FND-SEPLAN</li> <li>. Prefeituras Municipais</li> <li>. Prefeituras Municipais</li> </ul>

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL (IN. EG. AL)

SUBPROGRAMA DE AÇÃO SOCIAL

PROJETO	OBJETIVOS	METAS	VALOR CR\$ 1.000,00	PROGRAMAS RELACIONADOS	ÓRGÃOS EXECUTORES	FONTES DE RECURSOS
Implantação do Centro de Integração Social	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Implantar Centro de Integração Social.</li> <li>. Proporcionar formação profissional voltado para as necessidades da agricultura local.</li> <li>. Proporcionar treinamento de trabalhadores rurais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Construção do prédio.</li> <li>. Aquisição dos equipamentos.</li> <li>. Aperfeiçoamento da mão-de-obra.</li> <li>. Aquisição de ônibus.</li> </ul>	33.000	<ul style="list-style-type: none"> <li>. PROÁLCOOL.</li> <li>. Programas de Diversificação Agrícola.</li> <li>. Programa de Apoio a Pipericultura.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Secretaria de Estado da Educação</li> <li>. Prefeitura Municipal de Boa Esperança</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. SERSE/ /MINTER</li> <li>. Governo do Estado</li> <li>. Prefeitura Mun. de Boa Esperança</li> </ul>
Transformação da Unidade Sanitária de Barra de São Francisco em Centro de Saúde	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Melhorar os serviços de assistência médica para a região, evitando a necessidade de deslocamento de pacientes para os hospitais de Colatina e Vitória.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Ampliação das instalações da Unidade Sanitária de B. de São Francisco em 600m<sup>2</sup>.</li> <li>. Equipar as novas instalações para o funcionamento de um Centro de Saúde.</li> </ul>	10.000	<ul style="list-style-type: none"> <li>. (Programa de Apoio a todos os outros programas em implantação na área).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Secretaria de Estado da Saúde</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. SERSE/ /MINTER</li> </ul>



PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO

PROGRAMA DE APOIO URBANO AO DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO	OBJETIVOS	METAS	VALOR CR\$ 1.000,00	PROGRAMAS RELACIONADOS	ÓRGÃOS EXECUTORES	FONTES DE RECURSOS
Implantação de Postos de Telefonia Rural	. Dotar o meio rural de um melhor suporte de serviços de comunicações.	. Implantação de seis postos de Telefonia Rural nas comunidades de Sobradinho, Km 20, Vila Pavão, Água Doce, Águia Branca e Fartura.	10.506	. (Programa de Apoio a todos ou outros programas em implantação na área).	. TELEST-SA	. FND . Governo do Estado . Prefeituras Municipais
Abastecimento de água para comunidades de pequeno porte	. Melhoria das condições gerais de saúde da população. . Dotar as comunidades de pequeno porte de serviços básicos contribuindo para a fixação do homem no campo.	. Execução de sistemas completos de abastecimento de água para as localidades de Santo Agostinho, Água Doce e Águia Branca.	31.565	. (Programa de Apoio às comunidades rurais).	. CESAN	. MINTER/ /SERSE . CESAN

4.

FICHAS DE PROJETOS

---

## 1. IDENTIFICAÇÃO

- . Área: Município de Boa Esperança - entre a sede municipal e a comunidade de Santo Antonio, área de 10 hectares.
- . Projeto: *Implantação de Centro de Integração Rural.*
- . Subprograma: Ação Social.

## 2. OBJETIVOS

- . Implantar um Centro de Integração Rural com vistas a criar ambiente propício a capacitação profissional da população rural.
- . Proporcionar aos estudantes da zona rural de Boa Esperança formação profissional agrícola, através de sua participação ativa no trabalho de campo do Centro.
- . Oferecer aos trabalhadores rurais, jovens e adultos, habilidades e destrezas para execução racional das atividades específicas do meio rural que contribuirão para elevar a sua produtividade.
- . Prestar assistência aos trabalhadores locais através de orientações e treinamentos em reparos e manutenção de instrumentos e máquinas agrícolas, utilizando as dependências do Centro.

## 3. JUSTIFICATIVA

A educação como componente do sistema social sofre os reflexos das carências das comunidades rurais ao mesmo tempo em que pouco o processo educacional tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida dessas comunidades.

De verdade, as escolas rurais vem funcionando com os mesmos padrões exigidos para a zona urbana, não oferecendo portanto uma educação identificada com a vida da comunidade rural.

Partindo do princípio de que a educação deve contribuir para a melhoria de vida do indivíduo, ressalta-se a necessidade de adequar as atividades educativas à realidade rural, de modo a contribuir para o crescimento e desenvolvimento econômico, social e cultural dessas comunidades.

O Centro de Integração Rural apresenta-se como uma alternativa viável para o alcance desse propósito, tendo em vista que as atividades a serem desenvolvidas possibilitarão a sua clientela a aquisição de conhecimento que levem a um aumento da produtividade e, em consequência, a uma melhoria das condições de vida.

Será beneficiado com a implantação do Centro de Integração Rural o município de Boa Esperança, localizado na região Norte do Estado. Trata-se de um município meramente rural, com economia que se caracteriza pela exploração agrícola e pecuária, com 80% de sua população localizada na zona rural.

É um município que vem se destacando pela administração implantada em 1977 pelo atual Prefeito, centrada num trabalho comunitário, como um desafio ao êxodo rural e a recuperação econômica do município baseado no princípio de que o homem, ser social, só consegue desenvolver-se integralmente através de uma comunidade em que todos lutam pelo progresso e bem-estar de todos.

Inicialmente o município foi dividido em cinco Centros de Irradiação, para onde convergem as comunidades mais próximas, num raio nunca superior a 5km, constituindo as regiões administrativas. Cada Centro atinge de 5 a 8 comunidades e cada comunidade é constituída de 10 a 12 famílias. Cada comunidade tem um líder que tem como uma das funções levantar e discutir junto à sua comunidade as suas necessidades e apresentá-las à Administração Municipal. Assim, são reunidos os elementos necessários a elaboração do Orçamento e do Plano de Trabalho da Prefeitura, permiti

tindo uma ação que venha atender a realidade e atingir a população naquilo que realmente ela necessita.

Com o objetivo de oferecer mais facilidades ao homem do campo, esforços estão sendo investidos pela Administração do município no sentido de dotar os Centros de Irradiação de serviços de infra-estrutura, tais como: estradas interligando as comunidades, eletrificação rural, escolas, serviços de saúde, de abastecimento d'água, de policiamento, de assistência social, quadra de esportes.

São promovidas para os agricultores reuniões para orientações técnicas, com apresentação de slides e filmes, visitas a lavouras e pastagens técnicas, palestras com órgãos técnicos, objetivando conscientizá-los a elevar a sua produtividade.

No município de Boa Esperança, predomina a cultura do café, entretanto a administração municipal está diversificando a agricultura, introduzindo a pimenta-do-reino e a cana-de-açúcar.

Será implantada no município uma Usina de Alcool ao lado de pequenas agro-indústrias, levando-se para locais produtores das respectivas matérias-primas, a fim de se evitar o alto custo do frete, acionar o meio rural e assegurar mercado de trabalho aos filhos dos agricultores.

O Centro de Integração Rural deverá ser adequada ao contexto rural no qual será inserido de modo a atender a realidade sócio-econômica do município. Para tanto, funcionará em regime especial, com um calendário flexível que possibilite a frequência da população em idade escolar tendo em vista a sua utilização como força de trabalho familiar, especialmente época de colheita.

Prevê-se a oferta de ensino correspondente à 5ª a 8ª série do ensino de 1º Grau, atendendo aos alunos egressos da 4ª série das escolas unido

centes. Além disso, este Centro funcionará em regime de intercomplementaridade com unidades escolares de 1<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série, oferecendo o ensino profissionalizante aos alunos das séries finais destas escolas, face as dificuldades por elas encontradas como falta de equipamentos, de recursos humanos preparados, de instalações físicas.

Será garantida no Centro uma educação geral e uma educação mais específica e diversificada, voltadas para as atividades desenvolvidas pela comunidade e para as necessidades evidenciadas.

Assim, o currículo a ser desenvolvido será especial de modo a proporcionar conhecimentos relacionados à análise preparo e uso do solo, plantio e colheita envolvendo as culturas do município e aquelas a serem implantadas, sementeiras e transplante de hortaliças, operação e manutenção de máquinas agrícolas, vacinação de animais, além de outros que proventura forem identificados como necessários, como por exemplo para suprir necessidades de mão-de-obra na Usina de Alcool que está sendo viabilizada para o município, isto como uma medida concreta para integrar a população do meio rural no processo de desenvolvimento ora vivenciado pelo município.

O Centro de Integração Rural pretende ser uma instituição que atenda realmente à comunidade. Dessa forma, serão promovidos cursos procurando oferecer a população treinamento adequado às suas atividades, utilizando os meios necessários para a elevação do grau cultural e técnico dos membros jovens e adultos da comunidade, na busca de elevar a sua produtividade. Para tanto, prevê-se integração com a EMATER, SENAR, LBA e outros órgãos que atuam no município.

Para garantir o funcionamento do Centro serão desenvolvidas ações para a preparação do pessoal docente, técnico e administrativo que nele irão atuar, bem como das escolas que funcionarão em intercomplementaridade.

Para a viabilização do Projeto serão utilizados recursos financeiros do FND, os quais encontram-se detalhados neste Projeto, da Prefeitura Municipal que doou o terreno e do Governo do Estado que garantirá a manutenção do Centro de Integração Rural de Boa Esperança.

#### 4. ÓRGÃOS INTERVENIENTES

Órgãos envolvidos segundo os níveis de responsabilidade

a) Coordenação:

- . Grupo de Planejamento/SEDU

b) Execução:

- . Setor de Engenharia/SEDU
- . Centro de Captação de Recursos Financeiros/SEDU
- . Departamento de Apoio Técnico e Pedagógico/SEDU

c) Suporte:

- . Legal: Conselho Estadual de Educação
- . Técnico: Equipe de Currículo/DAT/SEDU

d) Participação:

- . Prefeitura Municipal
- . EMATER
- . SENAR
- . LBA

. METAS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

METAS	1º TRIMESTRE		2º TRIMESTRE		3º TRIMESTRE		4º TRIMESTRE	
	UNIDADE	QUANTIDADE	UNIDADE	QUANTIDADE	UNIDADE	QUANTIDADE	UNIDADE	QUANTIDADE

Construção de um prédio para funcionamento do Centro de Integração Rural.

- Instalação da Obra

. Locação e dem. p/abertura valas		993,00
. Placas de obra 1,50 x 3,00	ud	1
. Ligações provisórias, água e força, <u>barrações</u>	vb	-

- Movimento de Terras

. Escavação até 1,50m profundidade	m <sup>3</sup>	147,00
. Reaterro c/apiloamento em camadas	m <sup>3</sup>	73,50
. Aterro em camadas c/aquisição	m <sup>3</sup>	397,00

OBS: O piso da escola deverá ficar 0,40m acima do nível do aterro.

- Fundação

. Concreto armado em sapatas	m <sup>3</sup>	59,00
. Concreto armado em pilares	m <sup>3</sup>	5,30
. Concreto armado em vigas baldrames	m <sup>3</sup>	37,00

continua



DISCRIMINAÇÃO	1º TRIMESTRE		2º TRIMESTRE		3º TRIMESTRE		4º TRIMESTRE	
	UNIDADE	QUANTIDADE	UNIDADE	QUANTIDADE	UNIDADE	QUANTIDADE	UNIDADE	QUANTIDADE
<b>- Esquadrias</b>								
. Janelas de ferro batido								
a) 2,80 x 1,65			m <sup>2</sup>	83,16				
b) 2,00 x 1,65			m <sup>2</sup>	3,30				
. Bâsculas de ferro batido								
a) 1,35 x 90			m <sup>2</sup>	1,22	m <sup>2</sup>	1,23		
b) 2,80 x 90					m <sup>2</sup>	2,52		
c) 3,40 x 90					m <sup>2</sup>	18,36		
. Quadros de vidro e venezianas em madeira								
a) 3,40 x 60					m <sup>2</sup>	12,24		
. Portas de abrir c/veneziana								
a) 80 x 3,00					m <sup>2</sup>	24,00		
b) 70 x 3,00					m <sup>2</sup>	8,40		
c) 80 x 2,50					m <sup>2</sup>	8,00		
d) 0,50 x 1,80					m <sup>2</sup>	7,20		
e) 2,00 x 2,10					m <sup>2</sup>	4,10		
f) 2,00 x 3,00					m <sup>2</sup>	6,00		
. Portas de ferro batido na entrada e saída para o pátio - 3,40 x 3,00								
					m <sup>2</sup>	20,40		
<b>- Ferragens</b>								
. Fechaduras punho cilíndrico								
					ud	18		
. Sarjetas nos boxes do WC								
					ud	08		
<b>- Instalações elétrica</b>								
. Inst. elétrica conforme projeto								
	vb	-	vb	-	vb	-		

DISCRIMINAÇÃO	1º TRIMESTRE		2º TRIMESTRE		3º TRIMESTRE		4º TRIMESTRE	
	UNIDADE	QUANTIDADE	UNIDADE	QUANTIDADE	UNIDADE	QUANTIDADE	UNIDADE	QUANTIDADE
<b>- Estrutura</b>								
. Concreto armado aparente em pilares	m <sup>3</sup>	10,50						
. Concreto armado apar. em vigas forro	m <sup>3</sup>	30,00						
. Concreto arm. em laje de forro e beiral	m <sup>2</sup>	250,00	m <sup>2</sup>	602,00				
. Concreto armado em caixa d'água			m <sup>3</sup>	6,00				
. Concreto armado em peitoril janelas			m <sup>3</sup>	62,60				
<b>- Alvenaria</b>								
. Alvenaria tijolos aparentes 0,20 x 0,12 x 0,08			m <sup>2</sup>	710,00				
. Painéis divisórios em concreto c/0,05m de espessura nos sanitários			m <sup>2</sup>	28,20				
. Cobertura de telhas de fibrocimento			m <sup>2</sup>	1.220,00				
<b>- Revestimento</b>								
. Chapiço			m <sup>2</sup>	154,00				
. Emboço			m <sup>2</sup>	154,00				
. Revestimento em azulejos			m <sup>2</sup>	60,50	m <sup>2</sup>	93,50		
<b>- Pisos e rodapês</b>								
. Camada impermeab. 010			m <sup>2</sup>	677,30	m <sup>2</sup>	272,70		
. Piso cimentado liso					m <sup>2</sup>	891,00		
. Piso cerâmico 7,5 x 15					m <sup>2</sup>	59,00		
. Calçada c/1m no perímetro da escola					m <sup>2</sup>	170,00		
. Rodapê de cimento c/0,10m					m	437,00		

DISCRIMINAÇÃO	1º TRIMESTRE		2º TRIMESTRE		3º TRIMESTRE		4º TRIMESTRE	
	UNIDADE	QUANTIDADE	UNIDADE	QUANTIDADE	UNIDADE	QUANTIDADE	UNIDADE	QUANTIDADE
- Instalação hidrosanitária								
. Instal. hidrosanitária conf. projeto	vb	-	vb	-	vb			
- Vidros								
. Assent. vidros 3mm janelas e bôsculas					m <sup>2</sup>	116,00		
- Pintura								
. Envernizamento a 3 demãos nas paredes tijolos a vista			m <sup>2</sup>	810,00	m <sup>2</sup>	1.656,00		
. Pintura a óleo sobre esquadrias mad. e ferro a 3 demãos					m <sup>2</sup>	400,00		
. Pintura a óleo em molduras e porta giz dos quadros de giz					m <sup>2</sup>	6,00		
- Diversos								
. Quadros de giz em chapas de fôrmica 3 x 1,30 c/quadros de aviso					ud	06		
. Quadro de aviso em feltro 3 x 1,35					ud	01		
. Cálculos estruturais	vb	-						
. Limpeza geral da obra					m <sup>2</sup>	993,00		
. Mastro para bandeira					ud	2		
. Placa alumínio c/nome da escola 0,25 x 0,52					ud	1		
. Conf. de armários sob pias					m <sup>2</sup>	10,00		
. Prateleiras de concreto					m	70,00		
. Muro de vedação	m	119,00	m	154,00	m	47,00		
. Letreiro do nome da escola					ud	20,00		

DISCRIMINAÇÃO	1º TRIMESTRE		2º TRIMESTRE		3º TRIMESTRE		4º TRIMESTRE	
	UNIDADE	QUANTIDADE	UNIDADE	QUANTIDADE	UNIDADE	QUANTIDADE	UNIDADE	QUANTIDADE
Aquisição de equipamentos, material permanente e material de consumo destinados ao Centro de Integração Rural							Centro dotado com equipamentos, material permanente e material de consumo.	
Aperfeiçoamento de pessoal docente, técnico e administrativo que irá atuar no Centro e das escolas que funcionarão em intercomplementaridade					Pessoal: Docente Técnico Administrativo	95 10 20		
Aperfeiçoamento de trabalhadores rurais jovens e adultos							Trabalhadores rurais treinados	450
Aquisição de um ônibus para transporte escolar							Ônibus adquirido	01

## 6. VALOR DO PROJETO E FONTE DE FINANCIAMENTO

### 6.1. Valor

Cr\$ 33.000.000,00

### 6.2. Fonte de Financiamento

MINTER-SERSE: Cr\$ 15.000.000,00

Contrapartida: Cr\$ 18.000.000,00

TOTAL: Cr\$ 33.000.000,00

## 7. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO/81

DISCRIMINAÇÃO	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	VALOR TOTAL
- Aquisição do terreno	2.000.000				2.000.000
- Construção de um prédio para funcionamento do Centro de Integração Rural					
. Instalação da obra	246.234				246.234
. Movimento de terras	241.492				241.492
. Fundações	2.633.800				2.633.800
. Estruturas	1.760.919	1.760.921			3.521.840
. Alvenaria		523.540			523.540
. Cobertura		2.623.000			2.623.000
. Revestimentos		140.140	140.140		280.280
. Pisos e rodapés		812.756	1.219.134		2.031.890
. Esquadrias		563.948	563.948		1.127.896
. Ferragens			42.200		42.200
. Instalação elétrica	102.857	308.571	308.572		720.000
. Instalação hidro-sanitária	120.000	360.000	360.000		840.000
. Vidros			127.600		127.600
. Pintura		202.500	607.500		810.000
. Diversos	743.409	743.409	743.410		2.230.228

continua

continuação

7. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

DISCRIMINAÇÃO	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	VALOR TOTAL
- Aquisição de equipamento, material permanente e material de consumo destinados ao Centro de Integração Rural			6.000.000		6.000.000
- Aperfeiçoamento do pessoal docente, técnico e administrativo que irá atuar no Centro e das escolas que funcionarão em intercomplementaridade		2.000.000			2.000.000
- Aperfeiçoamento de trabalhadores rurais jovens e adultos			2.000.000		2.000.000
- Aquisição de um ônibus para transporte escolar				3.000.000	3.000.000
TOTAL	7.848.711	10.038.785	12.112.504	3.000.000	33.000.000

8. PLANO DE APLICAÇÃO

FONTES	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	TOTAL
MINTER-SERSE	3.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00	2.000.000,00	15.000.000,00
Contrapartida	4.848.711,00	5.038.785,00	7.112.504,00	1.000.000,00	18.000.000,00
TOTAL	7.848.711,00	10.038.785,00	12.112.504,00	3.000.000,00	33.000.000,00



## 1. IDENTIFICAÇÃO

- . Área: Sede do Município de Barra de São Francisco
- . Projeto: *Implantação do Centro de Saúde de Barra de São Francisco*
- . Subprograma: De Ação Social

## 2. OBJETIVOS

- . Ampliar e melhorar os serviços de assistência médica do Município de São Francisco;
- . Reduzir os deslocamentos de pacientes para os hospitais de Colatina e Vitória;
- . Contribuir para a fixação do homem nas cidades do interior através da melhoria da qualidade de vida.

## 3. METAS

- . Ampliar 600m<sup>2</sup> nas atuais instalações da Unidade Sanitária de 1<sup>a</sup> Classe de Barra de São Francisco e equipá-la para o funcionamento de um Centro de Saúde com a aplicação de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), conforme quadro e relação fornecidos pela Secretaria de Saúde do Estado do Espírito Santo, apresentados no item 5.1, a seguir.
- . Executar as atividades seguintes: Bio-estatística, Doenças Transmissíveis, Higiene Pré-natal, da Criança e do Escolar, Saneamento, Polícia Sanitária, Educação em Saúde, Enfermagem (visitação domiciliar), Laboratório, Higiene da Alimentação, Higiene do Trabalho, Odontologia Sanitária, Assistência Médica-sanitária e possui no mínimo dispensários especializados de Hanseníase, Pneumologia e de Doenças Sexualmente Transmissíveis;

- . Ampliar o quadro funcional de especialidades comparativamente a Unidade Sanitária de 1ª Classe, conforme quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÃO	US 1	CS
Médico Sanitarista	-	1
Médico Generalista	4	10
Médico Psiquiatra	-	1
Médico Veterinário	-	1
Odontólogo	2	3
Farmacêutico Bioquímico	-	1
Enfermeiro	-	1
Psicólogo	-	1
Assistente Social	-	1
Nutricionista	-	1
Técnico de Laboratório ou Laboratorista	1	1
Auxiliar de Raio X	1	1
Técnico Enfermagem	1	1
Auxiliar Laboratório	2	3
Auxiliar Enfermagem	1	2
Inspetor Saneamento	1	1
Auxiliar Saneamento	3	4
Visitadora Sanitária	4	5
Auxiliar de Serviços Hospitalares	5	11
Agente de Saúde	-	-
Servente	7	10
Assistente Administrativo	-	1
Oficial Administrativo	1	1
Auxiliar Administrativo	2	3
Auxiliar Estatística	1	1
Auxiliar Almozarife	1	2
Almozarife	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>38</b>	<b>69</b>

#### 4. JUSTIFICATIVA

A análise do setor saúde da Região de Nova Venécia, no Norte do Estado do Espírito Santo, da qual faz parte o Município de Barra de São Francisco realizada por ocasião da elaboração dos Planos Regionais pelo Instituto Jones dos Santos Neves, mostra uma enorme carência de Equipamentos e Serviços Hospitalares.

Aplicando-se os Índices da Organização Municipal de Saúde constata-se no referido município um déficit de 83 leitos hospitalares e de 2.841 atendimentos médicos. Se levarmos em conta que Barra de São Francisco tem sob sua área de influência a dos Municípios de Ecoporanga e Mantenópolis estes déficits estão subdimensionados. Por outro lado, a rede de Equipamentos de Saúde do Município é dotada de Unidades Sanitárias que de mandam um núcleo central de saúde que complemente as atividades que estas unidades, segundo o seu porte hierárquico-funcional, podem desempenhar no intuito de atender os objetivos da Política Estadual de Saúde definida no Plano Operativo de 1981.

#### 5. ÓRGÃOS INTERVENIENTES

- . Prefeitura Municipal de Barra de São Francisco
- . Secretaria de Estado da Saúde.

6. ESTIMATIVA DE CUSTOS PARA REFORMAR A UNIDADE SANITÁRIA DE BARRA DE SÃO FRANCISCO, TRANSFORMANDO-A EM CENTRO DE SAÚDE.

ESPECIFICAÇÃO	CUSTOS		
	CONSTRUÇÃO (*)	EQUIPAMENTO (**)	TOTAL
. Transformação de uma US 1 em Centro de Saúde	6.000.000	4.000.000	10.000.000

OBSERVAÇÕES: (\*) Considerando que um centro de saúde (CS) tem uma área de construção de cerca de 960 m<sup>2</sup>, é como uma Unidade Sanitária de 1ª Classe (US 1) possui uma área de construção de aproximadamente 360 m<sup>2</sup>, concluímos que a Unidade Sanitária de Barra de São Francisco sofrerá uma ampliação de aproximadamente 600 m<sup>2</sup>, a custo de construção de Cr\$ 10.000.000 (dez mil cruzeiros) por m<sup>2</sup>.

(\*\*) Os custos do equipamento obedecem o estudo feito por esta Secretaria de Saúde para a estimativa de custos do Plano Operativo/1981, conforme demonstra o item 6.1.

FONTE: Secretaria da Saúde.

## 6.1. RELAÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA 1 (UM) C.S.

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADES	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL
01. Aparelho de Abreugrafia de 70 mm	01	1.100.000	1.100.000
02. Armário de aço com 02 portas e 04 prateleiras	06	10.912	65.472
03. Armário de aço para cozinha com 04 portas e 02 gavetas	05	6.000	30.000
04. Armário vitrine de ferro esmaltado, com 02 prateleiras, 01 porta e pés branco	01	10.912	10.912
05. Armário vitrine de ferro esmaltado com 02 prateleiras, 02 portas de parede com 0,80 mm	03	10.000	30.000
06. Arquivo de aço com 04 gavetas	14	7.667	107.338
07. Autoclave vertical com manômetro e válvula 200l	01	13.137	13.137
08. Balança 1 kg, para gêneros alimentícios	01	1.500	1.500
09. Balança antropométrica Filizola para adulto	07	19.239	134.673
10. Balança antropométrica Filizola pesa-bebês com pés	01	12.705	12.705
11. Balde de ferro esmaltado, com tampa e pedal branco	20	2.970	59.400
12. Banco de ferro esmaltado, branco giratório	03	2.488	7.464
13. Banco de madeira pequeno	02	1.000	2.000
14. Banco de madeira grande	10	2.500	25.000
15. Bandeja de inox 30 X 40	13	760	9.880
16. Bico de Bunsen com botija e torneira	01	748	748
17. Bisturi e termo cautério elétrico 110/120 V	01	28.600	28.600
18. Braçadeira de ferro esmaltado branca	03	2.274	6.822
19. Cabo de bisturi nº 02	03	211	633

continua

continuação

6.1. RELAÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA 1 (UM) C.S.

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADES	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL
20. Cadeira de ferro esmaltado branca fixa	29	1.980	57.420
21. Cadeira estofada fixa	23	917	21.091
22. Cadeira estofada giratória	02	2.000	4.000
23. Cadeira estofada fixa, tipo universitária	60	2.000	120.000
24. Cadeira estofada de ferro esmaltado branca, giratória	10	4.500	40.500
25. Caixa de metal inox 30 X 15 X 10	10	1.980	19.800
26. Centrifugador elétrico 12 tubos 110/120 V	02	14.300	28.600
27. Cesta para papéis	28	627	17.556
28. Chapa elétrica Fanen, com 03 bocas 105/125 V	01	3.200	3.200
29. Contador de células manual, 08 teclas	01	29.399	29.399
30. Cuba de ágata, com tampa 30 X 40	02	1.000	2.000
31. Cuba inox, reniforme 25 cm	08	745	5.960
32. Depósito para lixo de metal, para 5 kgs	03	1.300	3.900
33. Escada de ferro esmaltado branca, com 02 degraus	11	1.287	14.157
34. Esfignomanômetro Tycos	03	17.587	52.761
35. Espêculo genecológico, jogo com 03	12	547	6.564
36. Estante de aço com 07 prateleiras de 1,20 m	11	8.000	88.000
37. Esterilizador elétrico mod. 45 cm	04	5.274	21.096
38. Estetoscópio BD Biauricular, com auscultor infantil	03	1.500	4.500
39. Estetoscópio BD Biauricular	05	885	4.425
40. Estetoscópio de Pinard	02	150	300

continua

continuação

6.1. RELAÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA 1 (UM) C.S.

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADES	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL
41. Estrato de Madeira	01	12.000	12.000
42. Estufa elétrica p/secagem e esterilização c/suporte 70 X 55 X 60, 110/120 V	01	31.120	31.120
43. Estufa elétrica p/secagem c/suporte 70 X 55 X 60, 110/120 V	01	35.800	35.800
44. Extintor de incêndio elétrico	05	2.000	10.000
45. Extintor de incêncio químico	02	5.900	11.800
46. Fichário de aço com duas gavetas de mesa	13	1.640	21.300
47. Fichário de aço com 07 gavetas	11	9.911	109.021
48. Foco pescoço de ganso, de ferro esmaltado branco	12	3.058	36.696
49. Fogão de gás, 02 bocas com botija, válvulas e pés	02	2.338	4.676
50. Gabinete odontológico completo, com equipo e armário	02	278.872	557.744
51. Geladeira elétrica, 110/120 V, com 08 pés	03	14.820	44.460
52. Geladeira elétrica, 110/120 V, com 10 pés	01	15.000	15.000
53. Histerômetro de Collins	01	3.500	3.500
54. Jogo estofado com 03 peças com 05 lugares	01	40.000	40.000
55. Esfignomanômetro Tycos, com braçadeira infantil	03	19.300	57.900
56. Lanceta de Bensaüd	01	5.200	5.200
57. Lanterna clínica	05	950	4.750
58. Liquidificador 120 V com copo graduado, 01 litro e regulador de veloc.	01	2.000	2.000
59. Máquina de escrever, carro 48 cm	03	18.150	54.450
60. Máquina de calcular manual	01	3.000	3.000

continua

continuação.

6.1. RELAÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA 1 (UM) C.S.

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADES	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL
61. Martelo para reflexos	05	1.030	5.150
62. Mesa auxiliar de fôrmica e metal para cozinha com 0,80 cm	02	2.000	4.000
63. Mesa de ferro esmaltado branca, com 02 gavetas	08	6.588	52.704
64. Mesa secretária de madeira com 03 gavetas	08	6.774	54.192
65. Mesa de madeira e metal auxiliar para datilografia	01	1.500	1.500
66. Mesa de madeira auxiliar para projeção	01	1.500	1.500
67. Mesa de madeira para reuniões	01	25.000	25.000
68. Mesa auxiliar de fôrmica, 0,50 X 0,50 cm	01	6.000	6.000
69. Mesa de ferro esmaltado branca para exame clínico	07	9.000	63.000
70. Mesa de ferro esmaltado branco com 03 gavetas	09	9.240	83.160
71. Mesa para exame clínico antropométrico de ferro esmaltado branca	01	14.300	14.300
72. Mesa de ferro esmaltado, para exame ginecológico branca	03	12.100	36.300
73. Mesa de ferro esmaltado auxiliar com tampo liso	04	11.300	45.200
74. Mesa de madeira e metal com 02 gavetas	02	12.000	24.000
75. Mesa de ferro esmaltado branca para curativos e pequenas cirurgias	01	12.100	12.100
76. Mesa de ferro esmaltado, branca Ptinstrumental	01	13.800	13.800
77. Mesa de ferro esmaltado, branca auxiliar tipo Mayo com tampa madeira	01	4.334	4.334
78. Mesa de ferro esmaltado com 01 gaveta	08	9.240	73.920
79. Microscópio binocular - Olimpus/Zeiss	01	270.072	270.072
80. Negatoscópio de mesa de 70 mm	01	8.000	8.000
81. Otoscópio jogo com 03	03	3.200	9.600

continua



continuação.

6.1. RELAÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA 1 (UM) C.S.

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADES	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL
82. Pinça anatômica, 12 cm	05	177	885
83. Pinça de Cheron	05	1.800	9.000
84. Pinça dente-de-rato, 12cm	05	194	970
85. Pinça de Gaylor	04	2.000	8.000
86. Pinça de Halsted, 12 cm curva	18	430	7.740
87. Pinça de Halsted, 12 cm reta	18	407	7.326
88. Pinça de Kocher, 12 cm	07	1.000	7.000
89. Pinça de Missiex	04	1.900	7.600
90. Pinça instrumental inox	16	545	8.720
91. Porta agulha de Mathieu 15 cm	03	617	1.851
92. Porta algodão inox, 16 cm	08	822	6.576
93. Projetor cinematográfico sonorizado, super 8/16 cm	01	20.000	20.000
94. Projetor de diafilmes 35 mm, vertical/horizontal	01	9.000	9.000
95. Projetor de slides 35 mm, automático	01	7.000	7.000
96. Quadro negro com tela de projeção 2 m	01	5.000	5.000
97. Relógio conta-segundos	01	70.000	70.000
98. Relógio despertador para laboratório	01	1.518	1.518
99. Relógio de ponto	01	70.000	70.000
100. Rinoscôpio	03	16.000	48.000
101. Seringa Carpule	02	2.497	4.994
102. Suporte de Westergreen - 06 tubos	02	1.320	2.640

continua

continuação.

6.1. RELAÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA 1 (UM) C.S.

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADES	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL
103. Tambor de aço 14 cm	10	737	7.370
104. Tanque revelador, para 70 mm	01	8.600	8.600
105. Tela iluminada para exame oftalmológico	01	9.300	9.300
106. Tesoura para curativos	07	295	2.065
107. Tesoura ponta reta fina	03	800	2.400
108. Tesoura ponta romba curva	03	295	885
109. Tesoura ponta romba reta	03	295	885
110. Tripê para tela de amianto	03	200	600
TOTAL:			4.395.707

Fonte: Secretaria de Estado da Saúde.

## 7. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Em Cr\$ 1,00

FONTE	PERÍODO 1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE
FND	3.000.000	5.000.000	2.000.000
TOTAL	3.000.000	5.000.000	2.000.000

## 1. IDENTIFICAÇÃO

- . Área: Sede dos Distritos de Santo Agostinho e Água Doce no Município de Barra de São Francisco.  
Sede do Distrito de Água Branca no Município de São Gabriel da Palha.
- . Projeto: *Sistemas de Abastecimento de Água para comunidades de pequeno porte.*
- . Subprograma: De Apoio Urbano ao Desenvolvimento Rural.

## 2. OBJETIVOS

- . Melhoria das condições gerais de saúde da população das vilas beneficiadas;
- . Dotar as comunidades de pequeno porte dos serviços básicos de abastecimento de água, contribuindo para a fixação do homem no campo.

## 3. META

Execução dos sistemas completos de abastecimento de água para as localidades com a aplicação de Cr\$ 31.564.974,00 a preços correntes em janeiro de 1981 e de acordo com resumo técnico.

## 4. JUSTIFICATIVA

Entre os problemas mais críticos das regiões carentes do Estado se destacam os referentes a saúde da população, intimamente vinculados a inexistência dos serviços básicos de abastecimento de água e saneamento. Ao mesmo tempo em que se propõe programas de fomento econômico, e aparelhamento infra-estrutural é importante dotar as vilas e aglomerados rurais de serviços básicos, entre eles o abastecimento de água de forma a diminuir as diferenças com os centros urbanos. Melhorar as condições de vida nas regiões interioranas é um dos requisitos básicos para a fixação

do homem ao campo.

As localidades de Santo Agostinho, Água Doce e Água Branca integram a região norte do Estado de Barra de São Francisco e a última ao município de São Gabriel da Palha.

As populações atuais desses distritos são as seguintes:\*

- . Santo Agostinho - 752 habitantes
- . Água Doce - 1.480 habitantes
- . Água Branca - 985 habitantes
- . População Urbana\* - censo 1980

Essas localidades não dispõem de sistemas adequados de abastecimento público de água, havendo grande necessidade desse benefício para melhorar as condições gerais de saúde de suas populações, assim como o bem estar dos moradores.

As sedes municipais, respectivamente, Barra de São Francisco e São Gabriel da Palha, já possuem sistemas completos de abastecimentos de água, os quais foram construídos mediante financiamentos concedidos CESAN pelo Sistema Financeiro do Saneamento, criado pelo PLANASA e posto pelo BNH e pelo Fundo Estadual de Financiamento para Água e Esgoto - FAE-ES.

As localidades citadas, pelo seu pequeno porte, não apresentam condições favoráveis à contratação de empréstimos para a construção de seus sistemas de abastecimento de água, sendo relativamente grande os investimentos a realizar e pequena a economicidade desses serviços, razão porque deverão ser aplicados recursos a fundo perdido, para não onerar excessivamente a concessionária estadual.

## 5. EXECUÇÃO - ÓRGÃOS INTERVENIENTES

Os recursos acima serão aplicados nas obras e serviços integrantes dos sistemas de abastecimento de água das localidades de Santo Agostinho, Água Doce e Águia Branca, situadas na região Norte do Estado do Espírito Santo, em conformidade com os projetos técnicos elaborados pela CESAN, devendo os desembolsos serem efetivados de acordo com o cronograma anexo II, cabendo ao MINTER/SERSE através do Governo do Estado do Espírito Santo participar com Cr\$ 18.700.000,00 (dezoito milhões e setecentos mil cruzeiros) e a CESAN com Cr\$ 12.864.974,00 (doze milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, novecentos e setenta e quatro cruzeiros), além do acréscimo de custos decorrentes da desvalorização da moeda durante a realização das obras.

## 6. RESUMO TÉCNICO

### 6.1. Sistemas de Abastecimento de Água para Santo Agostinho

#### a) Captação:

Córrego Santo Agostinho com barragem e crivo.

#### b) Estação Elevatória:

Estação elevatória de água bruta com 2 (dois) conjuntos moto-bomba Marca KSB ETA - 32-16 e as seguintes características:

- . vazão de projeto = 2,5l/s
- . altura manométrica = 41,85mc a
- . potência consumida = 3,2Hp

#### c) Adução:

Adução de água bruta por recalque e gravidade com diâmetro  $\emptyset = 75\text{mm}$ , FºFº JE Kg; com um comprimento de  $359 + 214 = 573\text{m}$ .

- d) Estação de Tratamento:  
ETA com capacidade nominal para 3,0 l/s e filtração direta. .
- e) Reservação:  
Reservatório de concreto armado, semi-enterrado, circular e com capacidade para 100 m<sup>3</sup>.
- f) Distribuição:  
Rede de distribuição com diâmetro variando de 50 a 110 mm e comprimento total de 1747 m.  
Nº ligações prediais = 200 ligações em PVC.

#### 6.2. Sistema de Abastecimento de Água para Água Doce

- a) Captação:  
No córrego Bom Jesus com barragem, caixa de areia e grade de proteção.
- b) Adução:  
Adutora de água bruta por gravidade com diâmetro  $\varnothing = 100$  mm , FºFº e comprimento de 805 m.
- c) Estação de Tratamento:  
ETA com capacidade nominal de 5,0 l/s e filtração direta.
- d) Estação Elevatória:  
E.E. com 2 (dois) conjuntos moto-bomba Marca KSB ETA 32-20 e com as seguintes características:  
. vazão de projeto = 4,2 l/s  
. altura manométrica = 48,50 m c a  
. potência consumida = 6 Hp
- e) Reservação:  
Reservatório em concreto armado, circular, semi-enterrado com capacidade para 150 m<sup>3</sup>.

## f) Distribuição:

Rede de distribuição com diâmetro variando de 50 a 110 mm e com comprimento total de 4770 m.

Nº de ligações prediais = 330 ligações em PVC.

## 6.3. Sistema de Abastecimento de Água para Água Branca

## a) Captação:

Captação no Rio São José com barragem e grade.

## b) Estação Elevatória:

Recalque de água bruta através de 2 (dois) conjuntos moto-bomba, sendo um de reserva, e com as seguintes características:

- . Marca = KSB - ETA - 40-20
- . vazão de projeto = 3,7 l/s
- . altura manométrica = 56,66 m c a
- . potência consumida = 6,5 Hp

## c) Adução:

Adução por recalque com diâmetro  $\varnothing$  100 mm, F.F. e com comprimento de 143 metros.

## d) Estação de Tratamento:

Com capacidade nominal de 5,0 l/s e filtração direta.

## e) Reservação:

Reservatório de concreto armado, circular, semi-enterrado e com capacidade para 150 m<sup>3</sup>.

## f) Distribuição:

Rede de distribuição com diâmetros variando entre 50 e 110 mm e comprimento total = 3464 m.

Ligações prediais = 300 ligações em PVC.



## 7. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - CR\$

LOCALIDADE	TRIMESTRES				TOTAL
	1º	2º	3º	4º	
Santo Agostinho	1.395.028,	2.212.547,	3.481.289,	1.416.443,	8.505.307,
Água Doce	1.906.070,	3.012.342,	4.529.221,	1.889.822,	11.337.455,
Água Branca	2.062.631,	3.236,846,	4.465.710,	1.957.025,	11.722.212,
TOTAL	5.363.729,	8.461.735,	12.476.220	5.263.290,	31.564.974,

FONTES	1º TRIM.	2º TRIM.	3º TRIM.	4º. TRIM.	TOTAL
MINTER/SERSE	3.000.000,	5.000.000,	7.000.000,	3.700.000,	18.700.000,
CESAN	2.363.729,	3.461.735,	5.476.220,	1.563.290,	12.864.974,
TOTAL	5.363.729,	8.461.735,	12.476.220,	5.263.290,	31.564.974,

5. CRONOGRAMA TRIMESTRAL DE DESEMBOLSO POR FONTE: CR\$

PROJETO-FONTE	TRIMESTRES	1º TRIMESTRE*	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	Σ
	. Abastecimento de Água					
MINTER-SERSE		3.000.000,	5.000.000,	7.000.000,	3.700.000,	18.700.000,
Contrapartida		2.363.729,	3.461.735,	5.476.220,	1.563.290,	12.864.974,
TOTAL		5.363.729,	8.461.735,	12.476.220,	5.263.290,	31.564.974,
. Centro de Integração Rural						
MINTER-SERSE		3.000.000,	5.000.000,	5.000.000,	2.000.000,	15.000.000,
Contrapartida		4.848.711,	5.038.785,	7.112.504,	1.000.000,	18.000.000,
TOTAL		7.848.711,	10.038.785,	12.112.504,	3.000.000,	33.000.000,
. Centro de Saúde						
MINTER-SERSE		3.000.000,	5.000.000,	2.000.000,	-	10.000.000,
Contrapartida		-	-	-	-	-
TOTAL		3.000.000	5.000.000,	2.000.000,	-	10.000.000,
. PDRI						
MINTER-SERSE		9.000.000,	15.000.000,	14.000.000,	5.700.000,	43.700.000,
Contrapartida		7.212.440,	8.500.520,	12.588.724,	2.563.290,	30.864.974,
TOTAL		16.212.440,	23.500.520,	26.588.724,	8.263.290,	74.564.974,

\*A partir da liberação da primeira parcela.

